



**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Multidisciplinar
Departamento de História e Economia
Curso de História**

Marcio Pereira da Silva

**Campo Alegre e Mutirão do Eldorado, traços urbanos nos assentamentos
da Baixada Fluminense.**

NOVA IGUAÇU

2014



Marcio Pereira da Silva

**Campo Alegre e Mutirão do Eldorado, traços urbanos nos assentamentos
da Baixada Fluminense.**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em História da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Instituto Multidisciplinar, como
requisito de obtenção do grau de
Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucia Silva

NOVA IGUAÇU

2014



Marcio Pereira da Silva

Campo Alegre e Mutirão do Eldorado, traços urbanos nos assentamentos da Baixada Fluminense.

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, como requisito de obtenção do grau de Licenciado em História.

Nova Iguaçu, 05 de dezembro de 2014

Banca Examinadora:

Prof.^aDr^a. Lucia Helena Pereira da Silva
Departamento de História e Economia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

Prof. Adriana Branco Correia Souto
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre
Programa de Pós Graduação em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

Agradecimentos

Agradeço a Deus primeiramente, por ter me proporcionado chegar até aqui, pois, o Senhor me ajudou durante toda a minha caminhada acadêmica; ao meu pai Jose que me ensinou tudo que sei; a minha mãe Gildete que me fortaleceu durante o caminho; e a minha irmã Andreia, sou eternamente grato a essas pessoas por tudo que fizeram por mim.

A professora Lucia Silva, que me estendeu a mão no momento de dificuldade na elaboração da minha monografia. E por ter me orientado de forma paciente, amigável e sábia.

A todos os professores e funcionários do IM, por terem contribuído muito na minha formação acadêmica.

E a todos os meus colegas de classe e de curso, principalmente, ao meu eterno amigo Saulo, que sempre tinha uma palavra amiga para nos dar.

Enfim, a todos que contribuíram de alguma forma à minha vida acadêmica.

Ao Deus Soberano que me sustentou e me abraçou nos momentos mais difíceis da minha vida, aos meus pais por tudo que fizeram por mim e a minha orientadora por ter lapidado esta pedra bruta.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo central apresentar os traços urbanos em dois assentamentos rurais da Baixada Fluminense, Campo alegre e Mutirão do Eldorado. Assentamentos rurais estes, que a princípio passam-nos uma imagem de ruralidade, em que os assentados trabalham e moram essencialmente num espaço rural. Aqui o objetivo será desconstruir esta tal imagem, demonstrando que existem outras formas de vivências dentro deste espaço, mediante a origem e a própria profissão dos assentados. Demonstraremos que é possível realmente encontrar outro tipo de perfil, além do rural neste espaço.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; Assentamentos Rurais; Campo Alegre; Mutirão do Eldorado.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: Baixada Fluminense	3
1.1 Conceito de Baixada Fluminense	3
Capítulo 2: Campo Alegre e Mutirão do Eldorado, traços urbanos nos assentamentos da Baixada Fluminense	16
2.1 Terminologia de assentamento rural.....	16
2.2 Antecedentes: Movimentos dos trabalhadores rurais da Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960	18
2.3 Os Assentamentos: Campo Alegre e Mutirão do Eldorado.....	23
2.4 Perfis dos assentados.....	28
Conclusão	33
Referências Bibliográficas	35
ANEXOS	37

Introdução

O objeto de estudo neste trabalho será os assentados dos assentamentos rurais da Baixada Fluminense, Campo Alegre e Mutirão do Eldorado. Para isto, utilizaremos autores que estuda sobre a temática como Leonilde Servolo de Medeiros, Elisa Guaraná de Castro e Victor Novicki, além de, já que estamos retratando os assentamentos da Baixada Fluminense, falaremos de autores que tentaram definir a Baixada em suas diversas perspectivas como Alberto Lamego, Jose Alves e os jornais cariocas das décadas de 1970/1980 que retrataram a Baixada Fluminense nas suas matérias, pois consideramos que os periódicos definem também a região.

Ao longo do trabalho tentaremos comprovar que é possível encontrar nestes dois assentamentos pesquisados traços urbanos, mediante o próprio perfil dos assentados. Para comprovarmos este fato, remontaremos a origem de nascimento e a profissão atual destes assentados.

Isto será mostrado ao longo de dois capítulos. O primeiro capítulo retratará à Baixada Fluminense, pois falaremos de dois assentamentos rurais localizados na região. Por isso, houve a necessidade de pesquisarmos como se configurou a definição e a delimitação da Baixada Fluminense, por meio de quatro perspectivas. Nesta pesquisa compartilharemos da perspectiva da SEDEDREM, já que esta considera o município de Seropédica dentro da territorialidade da Baixada Fluminense, onde está um assentamento estudado.

No capítulo dois, através de quatro subcapítulos demonstraremos de forma singela o que queremos propor neste trabalho. No primeiro subcapítulo, falaremos sucintamente o que significa a terminologia assentamento empregada pela autora Leonilde Medeiros. No segundo, retrataremos os movimentos antecedentes que contribuíram de alguma forma para a concretização dos assentamentos rurais da Baixada Fluminense, das décadas de 1980/1990, já que estes para nossa compressão são resultados de lutas anteriores. Já no terceiro, demonstraremos resumidamente as histórias de formação desses dois assentamentos, as suas localizações e as suas configurações internas. Enfim no último subcapítulo, mediante a remontagem do perfil dos assentados mostraremos que é possível encontrar traços urbanos nos assentamentos rurais de Campo Alegre e Mutirão do Eldorado.

Como não foi possível realizar a pesquisa de campo nestes dois assentamentos rurais. O que realizamos neste trabalho foi apenas uma revisão de fontes bibliográficas de autores que estudaram o perfil dos assentados. Para retratarmos o perfil, utilizamos basicamente o livro

“Assentamentos Rurais” da autora Leonilde de Medeiros, que demonstra diversos dados sobre o assentamento rural de Campo Alegre e a dissertação “Entre Ficar ou Sair” da Elisa Guaraná que retrata a juventude no assentamento rural Mutirão do Eldorado. Só que partirmos de um objetivo diferente daquele pretendido pelas autoras.

Capítulo I

Conceito de Baixada Fluminense

Apresentaremos neste capítulo três formas diferentes de definirmos o conceito de Baixada Fluminense, a primeira pela perspectiva geomorfológica, a segunda, pelas interpretações das décadas de 1960 e 1970 e finalmente pelas interpretações que estudam à Baixada Fluminense pelo viés da violência. Ao longo do trabalho tentaremos expor como estas interpretações definiram e delimitaram à Baixada, uma região que está compreendida em uma das áreas mais urbanizadas do país como o estado do Rio de Janeiro.

A evidência deste conceito é necessária para situar espacialmente a região que será trabalhada. Tento como objetivo aqui, demonstrar de que existem diversas interpretações para definirem a Baixada Fluminense e de afirmar de que não existe apenas uma forma de olhar a história.

1.1 Conceito de Baixada Fluminense

A definição da Baixada Fluminense é necessária para situar o espaço em que estão inseridos os dois assentamentos rurais que serão analisados. Já que estes estão inseridos na Baixada Fluminense. Conforme a análise de Alexandre Marques, o conceito de Baixada Fluminense é imbuído de várias interpretações e de delimitações espaciais, perpassando por discussões políticas, sociais, econômicas e geográficas, dependendo do recorte do pesquisador. Como se verifica neste trecho:

O conceito de Baixada Fluminense constitui-se em expressão polissêmica e, de um modo geral, confunde-se a região com os conceitos elaborados. Dependendo da escala de observação, da atuação ou interesses de pesquisadores, instituições ou grupos políticos, ela assume configurações geográficas, econômicas, políticas e culturais diferenciadas. Portanto, encontramos dificuldades em conceituá-la e, ainda mais, em delimitá-la geograficamente. (Marques, 2006, p.1)

Partindo do pressuposto de que a Baixada Fluminense é um conceito que passou por diversas modificações, tanto na sua definição como na sua delimitação territorial, como demonstra Alexandre Marques, tentaremos aqui demonstrar algumas interpretações que se debruçaram sobre o conceito da Baixada Fluminense. Como este tema é longo, por envolver diversas interpretações foi necessário abordar apenas algumas perspectivas, como a geomorfológica, as interpretações das décadas de 1960 e 1970 e a visão que estuda à Baixada Fluminense pelo viés da violência. Escolhemos estas três interpretações por se enquadrarem dentro de uma sequência temporal, ou seja, percorrem década por década de 1930 até 1990, sequencialmente. E, principalmente, porque elas acabam delimitando territorialmente à região que será trabalhada.

A primeira perspectiva, a geomorfológica permeou os estudos sobre a Baixada Fluminense, entre as décadas de 30 a 60 do século XX. Diante desta análise, focaremos em apenas três autores que são citados com mais frequência, o engenheiro Hildebrando de Góes, Alberto Lamego e Pedro Geiger. Estes têm como preocupação principal ressaltar as análises geográficas, dependendo do seu recorte de estudo. Para estes autores, a grosso termo, Baixada Fluminense seria nada mais do que uma região plana compreendida espacialmente entre a Serra Mar e o Oceano Atlântico. No anexo 1 podemos visualizar como seria a configuração da Baixada Fluminense por essa interpretação.

Nos trabalhos de pesquisa, realizado por Hildebrando Góes, encontramos claramente a visão geográfica sobre o conceito de Baixada Fluminense. O referido pesquisador foi chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, criada em 5 de julho de 1933, por Getúlio Vargas. A Comissão tinha como objetivo central estudar a região de brejo, circunvizinha da capital do Rio de Janeiro, para fins econômicos agrícolas. Esta teve um rápido sucesso, que logo após seis meses de estudo teve seu projeto posto em prática. O projeto da Comissão de Saneamento foi tão bem sucedido, que o próprio presidente da República interveio para que o orçamento do projeto de drenagem da Baixada Fluminense fosse aprovado.

Mas o nosso objetivo, aqui, não é relatar sobre a comissão, que mais tarde se transformaria no Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Entretanto, é evidenciar de forma sucinta como Hildebrando Góes utilizava-se da análise geográfica para compreender a Baixada Fluminense. Na passagem abaixo, pode-se ver claramente a interpretação geográfica sobre a Baixada Fluminense, pelo ponto de vista de Góes:

Excepcionalmente, o recôncavo da Guanabara teve gênese diversa. A mesma identidade de estruturação geológica corresponde uma discordância no processo originário. Aqui, o mar também recua, cedendo lugar à planície que se alteia. Mas são as grandes massas de sedimentos terrígenos, produtos da erosão da cordilheira marítima, transportados pelas caudais, que, estratificando-se continuamente no fundo do mar, vão acrescendo o litoral Formam-se, assim, ao longo da costa e de cada lado dos rios, extensas áreas periódicamente alagadas pelas marés, que o manto das rizóforas recobre Quando transbordam os cursos d'água, os materiais sólidos em suspensão, depositam-se nos terrenos baixos que os marginam E os manguezais que se prolongam até o mar, elevam-se sem cessar, transformando-se nas vastas planuras que orlam a baía suntuosa.

Na baixada inteira, o solo como que se alça à nossa vista, numa lenta emersão. Colmatam-se, pela ação dos agentes naturais, lagoas e brejais, mangues e alagadiços. Aumentam, continuamente, por toda parte, as cotas hipsométricas A terra enxuga-se aos poucos. Mas permanece, ainda, inacabada para a vida. (LAMEGO, 1964, p. 106).

E como em outra passagem de forma mais nítida:

Neste sentido, o relatório de Góes é bastante abrangente, considerando temas como: geologia; fisiografia (litoral; orografia; hidrografia); climatologia (chuvas, ventos, pressão atmosférica, temperatura, umidade, evaporação); trabalhos executados; aparelhamento; questões econômicas; transportes; malária; colonização.

Esses temas são apresentados tendo em vista as especificidades das quatro baixadas que, como então se considerava comporiam a Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro: Goitacazes, Araruama, Guanabara e Sepetiba. (LAMEGO, 1964, p. 173)

No quadro abaixo a quilometragem de serviços realizados pela Comissão Nacional de Obras e Saneamento, chefiada pelo engenheiro Góes. Observamos que este considera na sua divisão a Baixada da Guanabara pertencente à Baixada Fluminense, pelas dimensões numéricas expostas no quadro.

	Baixada Fluminense (Total)	Baixada da Guanabara
Limpeza de rios	6 842,977 km	3 256,242 km
Endicamento de alvenaria	47 881 m ³	-
Volume de terra movimentado	45 542 512 m ³	23 218 822 m ³
402 pontes construídas	5 380,080 km	1 924,250 km

Fonte: Lamego, 1940, p. 297.

Compartilhando também da perspectiva geomorfológica, encontramos nos trabalhos do geógrafo Alberto Lamego esse olhar sobre a região. Para ele, a Baixada Fluminense seria uma região compreendida entre a Serra do Mar e Oceano Atlântico, envolvendo toda a costa litorânea do Rio de Janeiro, que vai de Parati até Itabapoana. Dividida entre a baixada campista, a baixada da Guanabara e a área de restinga, como descrito nos livros que aborda cada região do estado do Rio de Janeiro por diversos aspectos. Na citação abaixo, Lamego define pelo viés geomorfológico, o que viria a ser na sua interpretação à Baixada Fluminense e como esta encontrar-se delimitada espacialmente:

É a mesma Serra do Mar que, de Santa Catarina ao Distrito Federal, se ergue abruptamente em paredão costeiro, onde arrebentam as ondas do oceano. Esta grande cadeia é na realidade uma pseudo-cordilheira no sentido estratigráfico, visto não apresentar os clássicos caracteres estruturais de um geoclinial. Encarando-a topograficamente, é apenas a aba do grande planalto brasileiro, que termina de súbito à beira do Atlântico. Semi-montanha, como a classificou DEFFONTAINES. De constituição gnáissico-granítica, a grande serra que vem do sul afasta-se do litoral em Itaguaí, contorna a Guanabara e avança para nordeste, largando a beiramar em grupos isolados o maciço da Tijuca, no Distrito Federal, e a série de serrotes que de Niterói se alongam para Cabo-Frio. No trecho deprimido entre tais elevações e a cordilheira, começa então a Baixada Fluminense, que se irá distendendo para leste. A região assim denominada não se compõe exclusivamente de terrenos baixos e empantanados. Ao contrário, a desenvoltura da topografia em certas áreas é por vezes bem notável, salientando-se em montanhas de rochas azóicas de centenas de metros de altitude. E estas nem sempre se unem à Serra do Mar nos contrafortes que descem a planície, ásperos de pontas gradativas. As vezes, tais elevações, quer isoladas, quer unidas em pequenos serrotes, aparecem destacadas da ossatura mestra da cordilheira, revelando submersão do território em épocas geológicas não remotas. (LAMEGO, 1940, p. 29-30).

Outro autor, por fim, que está inserido na perspectiva geomorfológica é Pedro Geiger. Em seus trabalhos sobre o processo de loteamento e o desenvolvimento da atividade açucareira da Baixada Fluminense, encontramos definições do que venha a ser a Baixada Fluminense na sua interpretação. Como se ver aqui:

No Estado do rio de Janeiro, as terras situadas entre o litoral e o “front” montanhoso da serra do mar constituem a chamada Baixada Fluminense. Esta é uma região, cuja altitude média é baixa, formada por extensas planícies, colinas, morros e tabuleiros, em níveis regulares pouco elevados, sobressaindo-se os maciços montanhosos mais ou menos ilhados. No entanto, desde Araruama até Campo Grande (Distrito Federal), os maciços rochosos do arqueano formam um verdadeiro alinhamento quase contínuo, separando planícies costeiras de planícies interiores dos grandes rios.

No conjunto, a Baixada Fluminense é uma região de depressão em relação ao planalto montanhoso limitado pela serra mar.

Os morros e maciços apresentam-se orientados segundo linhas estruturais e separaram alguns grandes vales; existência de diversas extensas planícies separadas por colinas e morros é um das razões de denominações locais da Baixada Fluminense.

A Baixada da Guanabara é uma região da Baixada Fluminense, situada em torno da baía do mesmo nome onde fica a capital da República e a do Estado do Rio de Janeiro. (GEIGER e MESQUITA, 1952, p. 95).

A citação exposta acima deixa claro de que Pedro Geiger utiliza-se de termos geomorfológicos para definir o que seria à Baixada Fluminense na sua interpretação. No seu trabalho “O Loteamento da Baixada da Guanabara”, o autor tenta demonstrar de forma sucinta o processo de loteamento na Baixada Fluminense. Para ele, esse processo teve um boom nas décadas de 1950 e 1960, principalmente no lado oeste da baía de Guanabara. As maiores valorizações foram notadas nas terras mais afastadas do centro do Rio de Janeiro. Neste mesmo artigo encontramos uma clara delimitação territorial dessa região, dita como Baixada Fluminense, como descrito no trecho a seguir:

A Oeste, os loteamentos já se estenderam pela baixada de Sepetiba e atingiram os limites da Baixada Fluminense, onde a Serra do mar passa a ocupar a orla costeira. Assim, Itaguaí, a 70 km do centro do Rio de Janeiro foi ultrapassado e está cercada de loteamentos. Eles continuaram pela costa dominada pela montanha, em direção de Mangaratiba, e neste trecho exclusivamente para fins de veraneio “week-end”.

Do outro lado da Baía da Guanabara, os loteamentos se estendem para além de Itaboraí, a mais de 30 km do centro de Niterói, mas, se considerados também os parcelamentos que ocorrem nas praias para fins turísticos, então serão observados em todo o litoral Fluminense, embora descontínuos quando muito afastados de Niterói. Concentram-se em trechos pitorescos, como em torno das lagoas de Saquarema e Araruama ou nas proximidades de cidades como Cabo Frio e Macaé. (GEIGER e MESQUITA, 1952, p. 96).

Em outro artigo escrito para a Revista Brasileira de Geografia do IBGE, o autor descrevendo sobre o processo de desenvolvimento econômico da Baixada Fluminense, pelos ciclos da cana- de-açúcar e da fruta, demonstra nitidamente a divisão da Baixada Fluminense em quatro áreas: a baixada de Goitacazes, a de Araruama, a da Guanabara e a da Ilha Grande. Como vemos neste quadro:

	Propriedades de mais de 2000 hectares	Total
Goitacazes	117 058 há	692 884

de Araruama	23 441 ha	272 679
Guanabara	52 658 ha	193 762
da Ilha Grande	13 890 ha	42 672

Fonte: Geiger e Santos, 1954, p. 291- 313.

Ambos os autores citados acima, demonstram claramente a perspectiva geomorfológica ao definirem à Baixada Fluminense. Entretanto, em outra interpretação, o conceito de Baixada Fluminense sofre algumas alterações com relação a anterior, como fica descrito nos trabalhos de Maria Terezinha de Segada Soares e Maurício de Almeida Abreu, no início da década de 1960 e no final de 1970, respectivamente. Estes autores têm como foco as pesquisas sobre o processo de desenvolvimento da região urbana do Rio de Janeiro. Nelas, o termo de Baixada Fluminense assume a característica de subúrbio periférico da Capital do Rio de Janeiro ou local de cidades-dormitórios. Compreendendo, porém, a Baixada Fluminense, a grosso termo, como sendo os municípios compreendidos ao entorno da Baía da Guanabara. Interpretando de modo diferente daquele de cunho geográfico. Para os dois autores, a Baixada Fluminense estaria inserida na Baixada da Guanabara, e não o oposto. No anexo 2 podemos visualizar como é delimitação da Baixada Fluminense por esta interpretação.

Partindo, por esse viés, de que a Baixada Fluminense (ou Baixada da Guanabara, ou ainda o Recôncavo da Guanabara, pois a autora Segada Soares não faz uma diferenciação nítida entre estas nomeações) estaria compreendida nas áreas periféricas da Capital do Rio de Janeiro, encontramos em “Nova Iguaçu: Absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro” da autora Segadas Soares evidentemente essa ideia. Neste trabalho que tem como ponto chave, os agentes responsáveis pelo processo de integração da Baixada Fluminense a área metropolitana do Rio de Janeiro, termo usado para designar as áreas sobre influências do centro urbano do Rio de Janeiro. Para ela, as áreas subordinadas a capital do Rio de Janeiro seriam compreendidos pelos municípios entorno da baía da Guanabara. Delimitando-se territorialmente a Baixada Fluminense pelos municípios considerados como subúrbios-periféricos da cidade do Rio de Janeiro. Como ser ver neste trecho:

A expansão da metrópole, em direção ao recôncavo, vem-se realizando de maneira extremamente acelerada. Essa marcha da urbanização sobre os campos vem-se processando de forma complexa, irregular e sem obrigatória continuidade espacial, devido à existência de fragmentos avançados da aglomeração, a ela ligados técnica, economicamente ou por movimentos de trabalhadores. Nela, porém, pode ser distinguida uma área já completamente integrada no espaço urbano da metrópole, constituída pelos municípios de Nilópolis, São João de Meriti e parte dos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu, caracterizada pela grande densidade da população e pela continuidade e densidade das construções. A fotografia aérea é o melhor testemunho da incorporação de uma parte da Baixada à aglomeração carioca, mas o simples exame das densidades de população é muito ilustrativo, comprovando que as altas densidades populacionais ultrapassam os limites administrativos do estado da Guanabara. Os valores variam nos municípios de Nilópolis e São João de Meriti e no distrito de Caxias entre 3000 e 1000 habitantes por quilômetros quadrados, decrescendo para 447 e 334, nos distritos de Nova Iguaçu e Belford Roxo, para cair rapidamente para 89,4, 46,0 e 44,6 respectivamente nos distritos

imediatamente ao norte, isto é, Queimados, Cava e Imbariê. (SOARES, 1962, p. 177).

Para dar conta dessa dimensão territorial que é a região metropolitana do Rio de Janeiro, ainda na sua obra “Nova Iguaçu: Absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro”, Segadas divide a região metropolitana entre a zona central que compreende o centro, a zona sul e trecho da zona norte da cidade do Rio de Janeiro e o centro de Niterói, e a zona periférica que se subdivide como os municípios da Baixada da Guanabara, com exceção da cidade do Rio e de Niterói. Entendendo-se, entretanto, a Baixada Fluminense como sendo os municípios periféricos da cidade do Rio de Janeiro.

Deixando de lado essa discussão e adentrando na definição do termo de Baixada pela pesquisadora, encontramos similaridade entre a ideia defendida pela autora com a interpretação geomorfológica, pois ela utiliza de expressões geomorfológicas para definir o que seria a Baixada Fluminense. Como observado abaixo:

A orla costeira da baía, baixa e ainda mal consolidada, constituída de sedimentos continentais e marinhos e recoberta, em parte, por manguezais, é o primeiro dos elementos constitutivos da baixada. Essa paisagem, todavia, não se limita à orla costeira. Ela penetra para o interior, às vezes por dezenas de quilômetros, ao longo do baixo curso dos diferentes rios que vêm desaguar na baía, não sendo muito amplas, no sentido de largura, essas planícies embrejadas, balizadas de um lado e de outro por alinhamentos de colinas ou de morros. É ao longo do curso desses rios que elas mais se desenvolvem, penetrando para o interior como uma cunha até a zona de morros, onde parecem esgueirar-se entre as meias-laranjas acompanhando os diversos vales afluentes. Tais planícies, que resultam da colmatagem recente desses baixos vales afogados, pouco se elevam acima do nível do mar e, em seu trecho mais próximo à orla da baía, são alcançadas pela ação da maré, que penetra no curso inferior de todos esses rios, às vezes por dezenas de quilômetros. Mais acima, a drenagem já se faz em condições mais satisfatórias e as inundações só ocorrem periodicamente.

Além das planícies e brejos, outros elementos caracterizam a baixada. Colinas suaves e bastante amplas de dorso regular e pequena altitude dispõem-se em diferentes níveis. Intercalam-se essas colinas com as planícies acima referidas, e compõem, com elas e mais alguns alinhamentos de morros, o quadro natural de vasta porção do recôncavo, que serve de apoio à quase totalidade das vias de circulação e que já foi alcançada pela vaga de urbanização. As meias-laranjas completam o quadro natural da baixada. Elas surgem isoladas em meio à zona das colinas e planícies e, para o interior tornam-se mais frequentes e mais próximas umas das outras, constituindo verdadeira zona de morros. De vertentes quase sempre convexas, ostentam eles, nos cortes da estrada, espesso manto de decomposição e, ao contrário das colinas acima referidas, já alcançam níveis mais elevados, superiores a 50 metros e mesmo 60 metros. Nessa zona de morros, as meias-laranjas, frequentemente, se apresentam separadas por estreitas várzeas inundáveis e a sucessão de seus cumes arredondados já constitui transição para as formas mais vigorosas e os desníveis mais acentuados que antecedem a frente da serra do mar. (SOARES, 1962, p. 157-158).

Ainda nas interpretações levantadas nas décadas de 1960 e 1970, no trabalho “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” de Maurício de Almeida Abreu, mesmo não tendo uma definição do termo de Baixada Fluminense nesta obra, podemos observar de forma parcial a delimitação do espaço físico da Baixada Fluminense. Do mesmo modo do que Segada Soares, ele estudou

o processo de urbanização e as políticas urbanas que configuraram o espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

Assim como Segada Soares, Abreu dividiu a região metropolitana do Rio de Janeiro em partes. Entre núcleo, subúrbio, periferia distante e periferia Intermediária. Sendo esta última formada pelos municípios da Baixada Fluminense. Delimitando, portanto, a Baixada Fluminense entre a área do entorno da Baía da Guanabara, e principalmente no lado oeste. Como se observa na passagem abaixo, que demonstra o processo de urbanização dos municípios pertencentes à Baixada Fluminense. Entendendo, portanto, que os municípios entendidos como periféricos seriam os que compõem a Baixada Fluminense.

O período 1906-1930 caracterizou-se, ademais, pela extensão efetiva do tecido urbano para além das fronteiras do Distrito Federal, dando início, assim, ao processo de integração física da Baixada Fluminense ao espaço carioca. Para tanto, muito contribuíram os trabalhos de saneamento da parte noroeste da baixada mandados executar por Nilo Peçanha, quando Presidente do Estado do Rio e da República. Com efeito, embora as estradas de ferro já mantivessem estações nos atuais municípios de São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias desde o final do século passado, a ocupação urbana dos mesmos só se concretizou nas primeiras décadas do século atual, quando a baixada foi parcialmente saneada. (...) Todos esses distritos pertenciam, então, ao Município de Iguazu (posteriormente Nova Iguazu), cujo distrito sede, localizado a grande distância do Rio de Janeiro mantinha-se, entretanto, exclusivamente rural. (ABREU, 1997, p.81).

Tanto Segada Soares e Maurício de Abreu concordam que os municípios de Nova Iguazu, São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias pertencem à Baixada Fluminense, dando ênfase, principalmente aos municípios localizados a oeste da Baía de Guanabara, reduzindo os municípios que fazem parte da Baixada Fluminense em relação à interpretação geomorfológica.

Por fim, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX os estudos sobre a Baixada Fluminense foi intensamente trabalhado privilegiando o viés da violência, por ser um local em que imperava a violência e a segregação social e econômica, como se essa região fosse a única a sofrer por essas mazelas sociais. A Baixada nesta interpretação seria nada mais do que um local imbuído de significados negativos. Esta seria composta por diversos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, concentrados principalmente no lado oeste da Baía da Guanabara, agregando ora determinados municípios, ora outros, dependendo do autor e do seu recorte. De forma geral, vemos os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguazu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Estes municípios são os que compõem e o que conhecemos atualmente por Baixada Fluminense. Nesta interpretação encontram-se autores como José Cláudio Souza Alves, ou instituições acadêmicas como o Laboratório da UERJ e matérias sobre a Baixada Fluminense que o jornal O Globo e o Jornal do Brasil abordaram durante as décadas de 1970 e 1980.

Nos trabalhos de Alves, a violência e a segregação social foram fatores importantíssimos para definir e delimitar a Baixada Fluminense. Isto tornar-se claro, no seu

livro “Dos Barões ao Extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense” que aborda o processo de desenvolvimento histórico da violência nesta localidade, desde o período colonial através dos senhores de terras até a contemporaneidade com os grupos de extermínio que se desenvolveram principalmente nas décadas de 70, 80 e 90. Para o autor, a violência foi uma marca que se estabeleceu ao longo do tempo e que se configura até as décadas mais recentes. Conforme Alves, os grupos que praticavam a violência na Baixada Fluminense, tanto os senhores de terras como os grupos de extermínios, se formaram pela conveniência do poder público e do poder privado local. No recorte abaixo vemos um resumo desta obra:

O que se pretende, ao longo deste trabalho, é compreender de que forma, na formação histórica da Baixada, as relações entre a violência, o poder local e as esferas “supra locais” de poder terminaram por possibilitar a utilização dessa violência como estratégia de consolidação dos grupos políticos e econômicos que controlam o poder local, sobretudo a esfera do Estado. Na primeira parte, serão apresentados os aspectos históricos mais antigos da região, que permitem a contextualização mais rica e a organização de um extenso material reunido ao longo desta pesquisa. A segunda parte trabalhará o grande período de transição, no qual a Baixada deixará de ser uma decadente área agrária e se transformará numa das maiores aglomerações urbanas do Estado. Ao lado dessa reincorporação urbana, serão analisadas as reformulações políticas que implicavam o surgimento de personagens como Tenório Cavalcanti e movimentos sociais como as lutas camponesas, saques e as votações trabalhistas por parte da população. A terceira e última parte se deterá no período que vai do golpe militar de 1964 aos nossos dias. A partir das transformações políticas implementadas pela ditadura, analisa-se a formação do esquema de poder calcado na atuação dos grupos de extermínio e a relação dos outros projetos políticos, pós-ditadura, com esse esquema. São apresentadas, também, as políticas de segurança e as suas relações com os números de homicídios, e se discute a correlação entre poder e violência, que passou a predominar na recente história política da região. (ALVES, 2003, p. 28).

Ao ressaltar Jose Alves, não temos como objetivo, assim como os outros autores, analisar com profundidade as suas obras, mas de entender como o autor compreendeu a dinâmica que se envolve o termo de Baixada Fluminense e sua dimensão espacial. A partir do seu recorte pela violência, o autor findar-se delimitando e conceituando a Baixada Fluminense a partir da violência que se caracterizou nesta região. Como se observa neste trecho abaixo:

No caso do presente estudo, a definição da Baixada Fluminense se dará tendo em vista a questão da violência. Nessa definição, entram os elevados índices de homicídios, matéria-prima a partir da qual se produziu a vinculação da região com a violência, sobretudo através dos meios de comunicação. Nesse sentido, a Baixada Fluminense aqui empregada se aproximaria das UUIO elaboradas pela FUNDREM, composta pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri. (ALVES, 2003, p.15-16).

Podemos ver também no artigo “Violência e Política na Baixada: O caso dos grupos de Extermínio”, novamente em uma determinada passagem, como o autor definiu e limitou o espaço físico da Baixada Fluminense. Neste artigo Alves, foca principalmente nos grupos de extermínio que se formaram na Baixada Fluminense a partir da década de 1970. Para ele, os grupos de extermínios tiveram tanta influência que até chegaram a exercer cargos públicos do

legislativo e do próprio executivo. No trecho abaixo podemos verificar novamente como o autor aborda a Baixada:

O termo Baixada Fluminense realiza uma fusão entre o geográfico e o social. Inicialmente definia a região que fica entre o litoral e a Serra do Mar, no estado do Rio de Janeiro, formada por um relevo de baixas planícies, muitas delas inundáveis, que se estendia do município de Itaguaí ao de Campos, no Norte do estado. Posteriormente, na década de 70, a partir dos inúmeros casos de assassinatos ocorridos na região à oeste da cidade do Rio de Janeiro, oito municípios passaram a ser definidos por este termo, identificando mais o aspecto da violência. (ALVES, 2003, p.21).

Outros autores como Aercio de Oliveira e Mauro Santos da FASE-Educação e Solidariedade dão ênfase a essa interpretação, estes acabaram evidenciando como marca característica dessa região a violência e a desigualdades sociais e econômicas da localidade. No artigo “Dilemas e desafios para a cidadania da Baixada Fluminense” escrito por esses autores podemos observar que a Baixada Fluminense enfrenta gravíssimos problemas sociais e econômicos, além da violência. Para eles, a violência não pode ser estudada separadamente da segregação social. Neste trabalho, limitam espacialmente essa região. Como vemos abaixo:

Hoje, conforme a divisão político administrativa do governo do estado do Rio de Janeiro, é o nome usado para designar a região que ocupa boa parte da metrópole do Rio de Janeiro, composta por 13 municípios. No entanto, o mais usual é considerar como Baixada Fluminense a área restrita às cidades originárias do município de Nova Iguaçu conhecido como Maxambomba até 1916 - integrando os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Japeri, Belford Roxo e Mesquita, que começaram a se emancipar a partir dos anos 40, com características socioeconômicas semelhantes e próximos a cidade-pólo da metrópole, Rio de Janeiro. (OLIVEIRA e SANTOS,2008, p.10).

Em outro artigo, escrito por Eduardo Ribeiro, Ignacio Cano, João Trajano Sento-Sé e Márcio Lázaro, pertencentes à organização Laboratório de Análise da Violência (UERJ), cujo título se chama “A incidência da violência na Baixada Fluminense”, encontramos novamente como foco a pesquisa sobre a questão da violência nessa localidade. Através de dados referentes à taxa de homicídios, os autores vão montando um quadro alarmante que acaba demonstrando por meio das informações coletadas, que a região da Baixada Fluminense apresenta uma taxa de homicídio bastante elevada e superior se comparada com a do município do Rio de Janeiro e da própria região metropolitana.

Os autores do laboratório da UERJ, em determinada parte do artigo mencionado acima, deixa claro, qual a limitação que eles usam para dimensionar a Baixada. Como vemos no trecho abaixo:

De acordo com o Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), órgão oficial do estado do Rio, a Baixada Fluminense inclui os seguintes municípios da área metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. (RIBEIRO, CANO, SENTO-SÉ e LÁZARO,2008, p.31).

No trecho a seguir encontramos claramente de como esses autores vêm à Baixada Fluminense:

A Baixada Fluminense apresenta um índice elevadíssimo de homicídios, inclusive em comparação com a capital e com o resto da região metropolitana, cujos valores já são dramáticos. Isto condiz com a percepção da Baixada como um lugar violento, açotado pelo efeito dos grupos de extermínio e da violência política. (RIBEIRO, CANO, SENTO-SÉ, LÁZARO, 2008, p.49).

A imprensa escrita carioca dá ênfase à violência na Baixada Fluminense, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Esta às vezes demonstra claramente a sua visão preconceituosa sobre essa localidade. Como ser ver neste trecho que aparece no Jornal do Brasil em uma edição de 1977, cujo título se chama “Câncer Vizinho”:

A frequência com que a Baixada Fluminense comparece ao noticiário policial e à crônica de violência do Grande Rio tem o inevitável efeito de amortecer o impacto dessa violência sobre a opinião pública. Somos tentados a acreditar que as 36 mortes registradas no mês de julho e a descoberta de uma quadrilha de que faziam parte quatro soldados da Polícia Militar são fatos ocorridos num distante cenário, onde a lei do gatilho é tão natural quanto à lei da gravidade.

Os fatos, entretanto, pertencem à vizinhança imediata da Cidade e dão a medida da nossa insegurança. A porta de entrada do Rio está ocupada por uma outra sociedade, onde a vida vale tão pouco que é objeto de comércio. Por ausência da lei e dos agentes da lei, surgem a ordem paralela do que vendem proteção. (Mas a diferença entre essa nova ordem e o crime é nenhuma e constitui, de fato, incentivo ao crime: nada impede que quem toma dinheiro em troca de proteção venha amanhã a tomá-lo sem necessidade de justificação). A presença, entre os assassinos, de representantes da Polícia Militar não incrimina, por certo, a corporação a quem pertencem, mas revela como é fácil a inversão de valores nessa estranha terra de ninguém da segurança individual.

Para resolver um problema dessa magnitude torna-se necessário, certamente mais do que o enfoque puramente policial. A Baixada está crescendo, demograficamente, a um ritmo de 12% ao ano, que chega a 16% em locais como Nova Iguaçu. Esse crescimento mais do que acelerado costuma se atribuído aos movimentos migratórios; e este é certamente um componente da crise. Mas o migrante rural parece estar sendo suplantado desde há algum tempo, na ocupação da Baixada, pelo excedente do Rio, o que a Cidade já não pode absorver, vindo ou não das favelas removidas, e que nesse processo de expulsão adquire um inevitável colorido de marginalidade, mesmo quando no puro sentido etimológico da palavra.

(Para enfrentar esse panorama social convulso, 30 mil homens da PM e cerca de 6 mil da Polícia Civil parecem sempre insuficientes. A dualidade de comando, marcantes em todos os Estado desde a criação da Inspetoria Geral das Polícias Militares, já é um motivo de preocupação, embora disponha o Rio de Janeiro, neste momento, de um Secretário de Segurança que se tem mostrado ativo e eficiente na integração das duas polícias. Havia também, pelo menos até bem pouco tempo, o hábito de encarar como um castigo o envio de um policial para a Baixada.)

O problema, como salta aos olhos, exige um tratamento em profundidade a partir da verificação de que a Baixada é contígua à Cidade e não pode, portanto, ser encarada como um problema marginal - o que só faz realimentar a sua marginalidade. Cabe à polícia vigiar o seu recrutamento, para que não se envie contra os marginais quem dificilmente se distingue deles. A Baixada necessita de urbanização - e de alimentação. Há uma estranha relação entre o crime e os lugares excessivamente feios. E seria preciso, igualmente, que os prefeitos locais pensassem um pouco mais em termos humanos do que em obras a serem inauguradas - relegando à polícia o cuidado do subterrâneo social. Trabalho para gerações. Mas que toda contemporização agrava. Trata-se, em última análise de salvar o Rio de um câncer que pode estrangulá-lo. (Jornal do Brasil 11/08/1977)

Também pode ser visto em outras matérias, como por exemplo, na matéria realizada pelo jornal O Globo de 28/09/1980, cujo título se chamava “Aqui, a região mais violenta do mundo”, tanto ênfase a essa localidade pela violência, como se ver logo abaixo:

A 80 quilômetros do Rio, numa área onde caberiam nove municípios como o de Nilópolis, mas que não passa de um distrito-, o 4º, de Nova Iguaçu, vive-se um clima de terror. Uma equipe da ONU que pesquisou a Baixada Fluminense durante cinco anos, de 1971 a 1976, elegeu Belford Roxo, o lugar mais violento do mundo, onde o chamado “Esquadrão da Morte” costuma abandonar suas vítimas, nos terrenos baldios segundo o Departamento Geral da Polícia Civil- DGPC-, os 650 assassinatos ocorridos de janeiro a agosto deste ano na Baixada, 120 foram praticados em Belford Roxo. (...)

Os Tipos

Uma mulher de 72 anos vende laranjas descascadas “ a preço de banana”, meninos procuram, olhando para o chão enlameado, sapatos sujos (“somos engraxates diplomados” diz um deles), desocupados lêem as manchetes dos jornais –Paulo Mineiro confessou a morte do casal violentado, grita o jornalista “para vender mais folhas”- motoristas de táxi, disputam corridas para Miguel Couto (CR\$ 2 mil), pivetes jogam “cara ou coroa”,(...). (O Globo de 28/09/1980)

Matérias como estas permearam os jornais cariocas neste período. Para ser mais contundente na nossa afirmativa, fizemos um levantamento através de um jornal carioca para saber quantas matérias foram vinculadas sobre a Baixada Fluminense e de quantas abordavam a violência. Nesta pesquisa feita no jornal do Brasil dos meses de junho, julho e agosto de 1977, constatamos que dos 92 exemplares analisados, 23 matérias abordavam a região e dessas 23, 19 abordavam a violência como foco nas matérias, ou seja, mais de 80% das matérias abordavam a Baixada Fluminense pela violência.

Conforme esta interpretação, a Baixada Fluminense acaba assumindo como marca característica à violência, como se essa fosse a sua única característica, transformando a Baixada como sinônimo de violência. Enquanto algumas pesquisas deste período tinham apenas o objetivo de estudar o processo de violência na Baixada, outras acabavam pegando esse tema para transfigurar a imagem da região, como vimos em alguns jornais cariocas.

Por meio das três interpretações: a geomorfologia, as dos pesquisadores das décadas de 1960 e 1970 e as que definiram à Baixada Fluminense pelo viés da violência, deixaram claro que o estudo sobre a definição e a delimitação espacial da Baixada Fluminense é imbuído de múltiplos significados. Não tendo, portanto, uma única forma de olharmos a Baixada, o que existe na verdade é uma multiplicidade de expressões que analisam a região.

A abordagem das três interpretações comprova definitivamente que a definição de Baixada Fluminense perpassa por uma multiplicidade de opiniões. Mas, entretanto, utilizaremos da interpretação da SEDEDREM¹ para delimitarmos a Baixada, pois esta dar ênfase aos municípios que estão compreendidos os assentamentos rurais que serão

¹ Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Região Metropolitana.

contemplados nesta pesquisa. Na interpretação da SEDEBREM, os municípios que fazem parte da Baixada Fluminense são os seguintes, como demonstra André Rocha²:

A Baixada Fluminense que nos reportamos, atualmente, é aquela que se constituiu como a periferia direta da metrópole carioca localizada na parte oeste da Baía da Guanabara, que está associado à composição estabelecida pelo – Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Região Metropolitana - SEDEBREM. Tal definição estabelece uma composição associada a um conjunto de treze municípios, a saber: Belford Roxo; Nova Iguaçu; Mesquita; Duque de Caxias; São João de Meriti; Nilópolis; Queimados; Japeri; Magé; Guapimirim; Seropédica; Paracambi e Itaguaí. (ROCHA, 2009, p. 4-5)

Ao utilizarmos a interpretação da SEDEBREM, desconstruiremos a ideia de uma Baixada em que a violência e segregação social são os únicos fatores determinantes para conceitua-la e delimita-la. Desconstruindo, entretanto, a ideia de uma Baixada pobre e violenta. Nosso objetivo aqui, não é mostrar uma imagem negativa da Baixada Fluminense, mas mostrar de que esta pode ser construída por outros valores. Além, é claro, porque a interpretação da SEDEBREM não se utiliza de um juízo de valor para conceituar a região estudada, como as perspectivas de cunho sociais das décadas de 1970, 1980 e 1990 enfatizaram nos seus trabalhos. Esta utilizar-se de concepções políticas para definir a região, com objetivos de buscar investimentos econômicos e sociais para os municípios que são delimitados pela Secretaria. No quadro a seguir podemos observar resumidamente que a SEDEBREM utiliza-se de questões desenvolvimentistas para delimita a região:

Quadro - Síntese do Mapeamento de Representações Territoriais sobre a Baixada Fluminense

Quem Fala	Como Representa	Sentido que Fala	Unidades territoriais envolvidas(Municípios)
Governo Estadual	Secretaria da Baixada Fluminense (Antigo SEEBREM)	Pensar o desenvolvimento sócio territorial da área.	Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Queimados, Seropédica, Paracambi, Magé, Guapimirim e Itaguaí.

Fonte: Rocha, 2013, p.9.

Outro razão, principalmente, de escolhermos a interpretação da SEDEBREM foi porque esta agrega o município de Seropédica à Baixada Fluminense. Município este em que está localizado um assentamento que será trabalhado, juntamente com outros dois municípios,

² Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Coordenador do Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas – LAGEPPE/UFRRJ. Doutorando em Geografia pela UFRJ - Bolsista de Doutorado do CNPq.

como; Nova Iguaçu e Queimados, municípios estes em que se encontra o outro assentamento. No anexo 3 podemos visualizar quais os municípios que compreende a Baixada Fluminense por esta perspectiva.

Enfim, este capítulo teve como objetivo demonstrar as várias possibilidades existentes para compreender essa região. Ao longo, deste capítulo abordamos apenas algumas interpretações que se debruçam sobre a definição da Baixada Fluminense, por ser um tema muito extenso, pois fugiríamos muito do nosso objetivo central, que é análise dos assentamentos rurais da Baixada Fluminense. Ressaltamos essa discussão não só para delimitar o espaço em que estão compreendidos os assentamentos que serão trabalhados no próximo capítulo, como também porque as interpretações que buscaram ressaltar as perspectivas sociais tornaram a região analisada em um espaço urbano, quando às interpretações de cunho geomorfológico valorizaram os aspectos físicos naturais, tornando a Baixada Fluminense em um local não urbano. Deixando em aberto se a Baixada Fluminense é urbana, como uma célula periférica ou apenas uma planície na banda oeste da baía.

Capítulo 2:

Campo Alegre e Mutirão do Eldorado, traços urbanos nos assentamentos rurais da Baixada Fluminense.

Neste capítulo, o objetivo será mostrar traços tipicamente urbanos nos assentamentos rurais de Campo Alegre (no município de Nova Iguaçu, criado em 1984) e Mutirão do Eldorado (no município de Seropédica, criado em 1993), ambos localizados na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Ao longo do trabalho, tentaremos ressaltar a expansão do mundo urbano nestes espaços ditos como predominantemente rurais.

Na tentativa de encontrarmos os traços urbanos nos assentamentos rurais pesquisados, tentaremos expor os aspectos que são essenciais para a compreensão da temática das lutas agrárias na Baixada Fluminense, como a própria terminologia de assentamento rural e os movimentos dos trabalhadores rurais antecedentes as décadas de 1980 e 1990, pois, ao resgatarmos os movimentos antecedentes aos dois assentamentos, partiremos da premissa que as lutas das décadas de 1980 e 1990 não surgiram do nada, e sim resultados de lutas anteriores. A partir daí tentaremos traçar pelo perfil dos assentados de Campo Alegre e Mutirão do Eldorado as características urbanas que permeiam estes assentamentos.

2.1 Terminologia de Assentamento Rural

Tentaremos, aqui, brevemente apontar como usaremos o termo assentamento rural. O significado de assentamento neste trabalho é o mesmo defendido pelas pesquisadoras Leonilde Servolo de Medeiros e Elisa Guaraná de Castro. Para elas, o uso do termo assentamento rural é nada mais, grosso modo, do que o reconhecimento legal pelo Governo de uma luta de terra, ou seja, um tipo de intervenção fundiária criado por políticas públicas, cabendo ao Estado o poder de elevar um acampamento ou ocupação ao status de assentamento. Como discorre Guaraná “No entanto, independente de qual for à forma de conquista da terra, é necessário o aval do estado para que se ascenda ao status legal de assentamento.” (Castro 1998,224) e também como diz Medeiros descrito abaixo:

O termo “assentamento rural”, criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis ou mesmo utilização de terras públicas. Em geral, tais intervenções visaram a regularização de áreas ocupadas, às vezes há décadas, por “posseiros”; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra (na qual viviam como “rendeiros”, “agregados”); a destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem (...)acamparam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado. (MEDEIROS e LEITE, 2004, p.17)

Para que se configure um assentamento é necessário que haja determinados agentes envolvidos. De um lado, os agentes reivindicatórios, como posseiros³, parceiros⁴, assalariados rurais, pequenos produtores etc. E de outro lado, os órgãos governamentais para quem são direcionadas essas ações reivindicatórias, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os institutos de terras estaduais (ITERJ), secretarias de Agricultura etc. Entre estes também existem as organizações mobilizadoras como: o Movimento Sem Terra (MST), os sindicatos rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵ etc. Podemos constatar essa afirmativa pelo trecho a seguir:

Os diferentes tipos de intervenção a que se denomina “assentamento” implicam, pois, diversos tipos de beneficiários diretos: posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; (...) parceiros em busca de terra própria, pequenos produtores, proprietários ou não, (...) assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho, (...), entre outros.

Do ponto de vista de sua mobilização, organização e constituição de identidade política, esses demandantes de terras sofreram influência de diferentes entidades de representação, muitas vezes de várias delas ao mesmo tempo, delineando um complexo campo de disputas políticas. Em diferentes tempos e lugares, participaram da mobilização o MST, o sindicalismo rural, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) etc. (...)

Além de trabalhadores demandantes de terra e de suas entidades de representação e apoio, há muitos outros atores diretamente envolvidos no processo de assentamento e que também são determinantes na sua conformação: o Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (INCRA) (...); os institutos de terras estaduais, as secretarias de Agricultura (...). (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 17-18)

A situação de insatisfação dos trabalhadores agrícolas mencionada acima, se dá mediante ao excludente processo agrário brasileiro, pois historicamente os pequenos agricultores sempre se encontram fora das políticas públicas agrárias. Por isso, estes mediante aos acampamentos ou ocupações de terras acabam demonstrando seus descontentamentos.

O propósito deste subcapítulo é simplesmente demonstrar como o termo assentamento rural será apropriado neste trabalho. Evidenciando aqui a forma como autoras acima apontaram, de que os assentamentos são na verdade um reconhecimento legal pelo Estado de

³ Os posseiros são lavradores (agricultores) que juntamente com a família ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas, isto é, terras que não estão sendo utilizadas e que pertencem ao governo. Trabalhadores rurais que tem a posse, mas não têm um documento oficial que prove que eles são donos ou proprietários da terra.

⁴ Parceria rural, forma de parceria, é um conceito jurídico que descreve um tipo de contrato agrário. A parceria rural é a modalidade contratual pela qual o parceiro-proprietário cede ao parceiro-produtor o uso da terra, partilhando com este os riscos do caso fortuito e da força maior e os frutos do produto da colheita ou da venda dos animais. Prepondera, nesse tipo de relação, a comunhão das forças e dos resultados, sendo que a partilha dos frutos deve obedecer a proporções compatíveis com os meios de produção disponibilizados por cada um dos parceiros.

⁵ A partir de 1975, com a formação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, ligada diretamente aos efeitos da política de ocupação da Amazônia, passa a desenvolver um trabalho inspirado na teologia da libertação.

uma luta de terra já existente. Algo interessante é que este termo só será usado nas nomenclaturas a partir da década de 1980, antes as ocupações eram conhecidas apenas pelos nomes de projetos ou acampamentos, ou áreas de ocupações. Isso nos demonstra que a partir dessa década houve um maior interesse por parte do Governo Federal com as causas dos pequenos produtores, mas não necessariamente pensando numa reformulação na política agrária brasileira que nos remete desde a Lei das Terras de 1850, que ainda permanece com o predomínio da grande estrutura latifundiária e agroexportadora. Essa pequena abertura para o dialogo pelo Governo Federal para com os pequenos produtores foi principalmente para acalmar os ânimos dos diversos movimentos sociais agrários que estourou no país nesta década.

2.2 Antecedentes: Movimentos dos trabalhadores rurais da Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960.

Antes de adentrar propriamente dito na questão que envolve os dois assentamentos rurais que foram reconhecidos nas décadas de 1980 e 1990 pelo Estado, há a necessidade de resgatar os movimentos antecedentes, já que os dois assentamentos que serão evidenciados aqui não nasceram de um dia para outro. Eles são resultados de intensas lutas realizadas por trabalhadores rurais, por movimentos sociais e por órgãos públicos e privados, em períodos anteriores. O objetivo deste subcapítulo é demonstrar que esses assentamentos rurais da Baixada Fluminense são resultados de um longo período de lutas que se desenvolveram no Brasil e na própria Baixada, mas como essa temática é extensa, resgataremos apenas os movimentos rurais das décadas de 1950 e 1960, na Baixada Fluminense.

Nesse período ocorreu na Baixada Fluminense, assim como em todo o país, um intenso processo de urbanização no campo. Esse fenômeno afetou profundamente a estrutura do espaço rural, e se manifestou na Baixada Fluminense através da onda de loteamento que varreu essa região, tal como afirma Alves:

As mudanças na Baixada Fluminense de 1930 ao início dos anos 60, não ficaram restritas apenas à realidade urbana, em rápida expansão. Intimamente relacionado à vaga loteadora, o mundo rural passará por transformações fundamentais na nova configuração que a região assumirá. Nesse período, surge uma tendência na área rural da Baixada, de fragmentação de propriedades e de reduções da área média para cada estabelecimento, que de 65 ha, em 1940, passaria para 35 ha, em 1960. (ALVES, 2003, p. 68)

A onda de loteamento transformou profundamente a paisagem da Baixada Fluminense e toda a configuração espacial do Estado do Rio de Janeiro. Além é claro, de ser apontado como uma das principais causas para os despejos de milhares de lavradores na baixada. Os

principais atores destes despejos eram os grileiros⁶, que reivindicam a posse das terras que os lavradores⁷ ocupavam. Nesse período já existiam várias ocupações nesta região, como por exemplo, Pedra Lisa e Santa Alice. Essas duas ocupações são fundamentais para o resgate da memória das lutas de terras que se desenrolaram na Baixada Fluminense, além de não serem as únicas que atingiram essa região.

Pedra Lisa era terra pertencente ao Governo Federal, localizada no município de Nova Iguaçu, que tinha como proprietários os irmãos Guinle. Estes acabaram abandonando-a, por não ser considerada mais terra produtiva, e conseqüentemente foi ocupada por milhares de lavradores, que começaram a reivindicar a posse dessas terras, já na década de 1940. Nesta localidade também foi fundada uma das mais antigas Associações de trabalhadores rurais da Baixada Fluminense, a Associação de Pedra Lisa, em 1948. Um marco nas lutas dos lavradores. No mapa, que se encontra no anexo 4 podemos visualizar a localização espacial de Pedra Lisa no estado do Rio de Janeiro.

Do outro lado da luta pela terra em Pedra Lisa estavam os grileiros que não aceitavam essa ocupação, pois estes retiravam lenha e areia dessas terras. Esse impasse entre grileiros e lavradores muitas vezes acabava de forma violenta. Como descrito aqui: “Diante dos conflitos crescentes, ocorreram casos de resistência armada por parte dos lavradores. Pedra Lisa era denominada pelo subdelegado da região “zona conflagrada” ” (Alves 2003,70). Conflitos como esses ocorreram diversas vezes, entre grileiros e lavradores, em Pedra Lisa. Como aconteceu no segundo episódio de despejo em Pedra Lisa, em 1962, realizado na Fazenda São Pedro uma das duas fazendas que se encontrava em Pedra Lisa, que já tinha sido desapropriada em 1961, pelo governador Roberto Silveira, depois de intensas lutas, como descrito por Medeiros: “(...) conseguimos a desapropriação da Fazenda São Pedro em 1961. Foi o governador Roberto Silveira quem desapropriou. (...)” (Medeiros 2008,24). Por meio, deste relato podemos observar que a desapropriação não garantia necessariamente o direito de posse da terra. Neste segundo despejo ocorreram cenas de conflitos entre policiais, jagunços e posseiros, como podemos ver abaixo, através do resgate da memória de Braúlio Rodrigues⁸, que se encontra no livro “Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense” de Leonilde de Medeiros:

Para o segundo despejo, que foi em 1962, nós nos preparamos. Quando eles vieram, eles não esperavam que a gente oferecesse resistência. Nós fizemos uma resistência e os jagunços deles se afastaram. Dividimos em grupos, cada um com um foguete, aquele foguete que sai para cima. Como, naquela época, a polícia não era tão bem preparada como é hoje, nós procuramos cercar as áreas por onde possivelmente eles iriam passar se viessem de carro...Ficou um na entrada principal. Quando um soltava um foguete lá, a gente já sabia que aquele grupo que estava ali tinha que se espalhar, para ir se acomodar. Mas aí todo mundo já tinha organizado o seu pedacinho dentro de casa. (MEDEIROS, 2008, p. 29)

⁶ Indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedades.

⁷ Aquele que trabalha na lavoura, como proprietário ou como empregado; agricultor.

⁸Líder camponês da Baixada Fluminense.

O despejo de 1962 em Pedra lisa acabou não acontecendo. O que houve novamente foi à desapropriação dessa terra. Episódios como estes reforçam a ideia de que as disputas pelas terras na Baixada Fluminense tinham embates mais truculentos do que outras regiões do Estado do Rio de Janeiro. Como relatado por Grynszpan: “Ainda que disseminados por boa parte do estado, os despejos, de acordo com os jornais e com os depoimentos de pessoas que os vivenciaram, foram mais recorrentes, mais intensos, na região a que se referem como Baixada” (Grynszpan 2009,37). E, também como demonstra Alves, no trecho abaixo em que afirma de que a Baixada Fluminense foi local de imensas lutas pela terra:

A transformação da Baixada em um “barril de pólvora”, como noticiavam alguns jornais, estava associada à intensificação das lutas camponesas. As ocupações de terras, que até o início dos anos 60 sequer eram mencionadas, passavam ao primeiro plano da ação dos lavradores, assumindo um caráter de desafio e pressão. (ALVES, 2003, p. 71)

A disputa pela terra, entre posseiros e grileiros, ocorreu também na ocupação de Santa Alice, no município de Itaguaí. Essa área pertencia ao antigo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), e foi criada em 1955 pelo Governo Federal. Como podemos ver no quadro, retirado da obra de Alentejano. Por deste quadro, Alentejano nós afirmar que o projeto de colonização de Santa Alice foi criado em 1955, pela União.

Nome	Famílias	Área	Ano de Criação	Órgão Responsável
PC Santa Alice	528	7.572,000	1955	Governo Federal

Fonte: INCRA e ITERJ, Apud Alentejano, 2003.

PC = Projeto de colonização.

O PC Santa Alice era ocupado, principalmente por espanhóis. Até que, em 1962, um determinado joalheiro de pedras preciosas do centro do Rio de Janeiro se intitulou proprietário daquela localidade. Para ter posse desta terra, o joalheiro tentou expulsar os lavradores de Santa Alice por meio da violência, como podemos observar no seguinte trecho descrito por Medeiros:

(...) um camarada tinha se intitulado dono daquela área. Ele tinha uma joalheria, um negócio de pedras preciosas no Rio de Janeiro. Um dia ele chegou lá dando tiro à vontade e colocou um ou dois para fora. Aí nós reunimos os espanhóis (espanhol tem sangue, havia alguns que já eram do tempo do Franco, no tempo da Intentona que houve lá) e eles resolveram pegar. Distribuímos o pessoal na entrada, um aqui, outro lá. Quando a polícia chegou, não morreu ninguém, graças a Deus, mas houve muito tiroteio. Só não morreu gente de lá nem de cá porque nós estávamos muito bem protegidos. A gente estava atirando mais para espantar, não era para matar. Aí eles saíram fora. (MEDEIROS, 2008, p. 32)

Esse despejo realizado pelo joalheiro só não teve um caminho pior, por causa da intervenção do Presidente João Goulart, que mandou um coronel até Itaguaí para selar a paz na região e garantir a permanência desses lavradores nesta terra. A intervenção do Presidente João Goulart só aconteceu depois da manifestação que os lavradores fizeram em frente ao Palácio Ingá, sede da presidência da República, que ficava em Niterói.

Nas lutas de Pedra Lisa e Santa Alice e outras que não foram expostas, os lavradores contaram com o apoio de diversas organizações e de determinados agentes políticos, que contribuíram consideravelmente para a maior visibilidade dos trabalhadores rurais. Principalmente, no âmbito político e na questão organizacional. Entre as organizações que contribuíram para a ação política dos lavradores encontramos as Associações de Lavradores, de âmbito local como a Associação de Pedra Lisa, já citada, e a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj)⁹, de âmbito estadual, que tinha fortes vínculos com PCB e tinha como líderes José Pureza¹⁰, Braulio Rodrigues da Silva, já referido acima, e Manoel Ferreira de Lima¹¹. Esses personagens foram fundamentais, para as mobilizações dos lavradores na Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960.

Além das organizações, encontramos políticos que tentaram assumir certa liderança na mobilização dos lavradores neste período. Como o político Roberto Silveira¹², que criou a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) para concorrer com a FALERJ ao posto de liderança sobre o movimento dos lavradores, e o próprio Tenório Cavalcanti¹³. Ambos tinham como objetivo atrair a atenção dos trabalhadores rurais, vendo-os como um forte potencial eleitoreiro. Na passagem do trecho abaixo, descrito por Grynszpan, o político Roberto Silveira tentaria ter maior visibilidade política perante os lavradores, incluindo-os em seus discursos eleitoreiros:

Alguns líderes tradicionais e novos políticos em ascensão passaram a desenvolver uma estratégia de atração dos posseiros, incluindo-os em discursos e programas. Esse foi o caso do governador petebista Roberto Silveira. Ele, que já durante a sua campanha havia prometido proteção aos posseiros e uma reforma da estrutura agrária do estado (...). (GRYNSZPAN, 2009, p.49)

Lutar pela causa dos lavradores significava a possibilidade de obter mais votos perante os seus eleitores, ou seja, os lavradores acabaram sendo tornando para determinados políticos meros objetos eleitoreiros. Era assim que Tenório Cavalcanti como Roberto Silveira viam os

⁹Federação dos Lavradores do estado do Rio de Janeiro, criada em 1959, após a I Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, visava articular as diversas associações de Lavradores então existentes.

¹⁰José Pureza da Silva organizou os posseiros da Baixada Fluminense na região de Xerém, Duque de Caxias. Trabalhador da construção civil e militante do Partido Comunista, foi atuar no campo também de imediato pós-guerra, época da legalidade do PCB

¹¹Manoel Ferreira de Lima era tecelão, na região de Santo Aleixo, Magé. Também ligado ao Partido Comunista, organizava os posseiros do seu município.

¹²Roberto Silveira, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tomou posse em 1959 e morreu, vítima de um acidente de helicóptero, 3 de julho de 1961.

¹³Tenório Cavalcanti, importante líder político da Baixada Fluminense, ligado à UDN e que, em diversos momentos, apoiou a luta dos posseiros na Baixada Fluminense.

lavradores da Baixada Fluminense. Esse interesse eleitoreiro por Tenório Cavalcanti para com os lavradores da Baixada pode ser vista no trecho descrito abaixo:

Foi mais claramente na disputa pelo governo fluminense, em 1962, que Tenório, candidato pelo Partido Social Trabalhista (PST), começou se aproximar dos posseiros. A cobertura que o seu jornal, Luta Democrática, fazia dos conflitos no campo do estado do Rio, antes lacunar, passou a torna-se sistemática. O periódico assumiu, de forma explícita, uma postura favorável às associações de lavradores e à Falerj, defendendo suas ações e seus interesses. Mas ainda, o próprio Tenório começou a intervir diretamente em algumas lutas, prestando seus serviços de advogado, providenciando a soltura de lavradores presos, pressionando autoridades por soluções favoráveis aos lavradores e denunciando violências na tribuna da Câmara. (GRYNSZPAN, 2009, p. 51)

As organizações como a FALERJ, FLERJ etc., com seus líderes e os próprios políticos citados acima atuaram principalmente no campo jurídico, defendendo a propriedade das terras para os lavradores pelo meio usucapião¹⁴, na década de 1950. Mas como não obtiveram muito êxito pelo viés jurídico, modificaram suas ações a partir das décadas de 1960, partindo propriamente para as ocupações, com o principal objetivo de ocupar as terras que eram consideradas improdutivas.

Podemos concluir pelas histórias de Pedra Lisa e Santa Alice, desenroladas nas décadas de 1950 e 1960, que a Baixada Fluminense era permeada por intensos conflitos entorno da terra, principalmente, entre grileiros e lavradores. E, de que estes conflitos foram muito mais violentos nesta região do que em outras áreas do estado do Rio de Janeiro. Outro ponto, que não podemos esquecer é de que estas manifestações, desenvolvidas pelos trabalhadores rurais, tiveram como ponto principal para o estopim, o processo de loteamento que atingiu nas décadas de 1950 e 1960 a Baixada Fluminense e todo o Brasil. Os exemplos de Pedra Lisa e Santa Alice serviram de alguma forma para inspirar os movimentos agrários posteriores.

No período pré-golpe de 1964, pode-se observa que o movimento dos trabalhadores rurais da Baixada Fluminense participaram intensamente das mobilizações desenvolvida nesta área. E, que através destas lutas, contribuíram de alguma forma para ampliação dos seus direitos, como o Estatuto do Trabalhador Rural¹⁵, em 1963, o Estatuto da Terra¹⁶, em 1964, a oficialização dos sindicatos rurais e a desapropriação de algumas propriedades pelo Estado.

¹⁴A usucapião é o direito de posse que um indivíduo adquire sobre um bem móvel ou imóvel em função de haver utilizado tal bem por determinado lapso temporal, contínua e incontestadamente, como se fosse o real proprietário desse bem.

¹⁵Em março de 1963, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural, de autoria do deputado Fernando Ferrari. O estatuto alterava profundamente os dispositivos do processo de reforma agrária; além disso, estendia aos assalariados do campo os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos; fortalecia a sindicalização e a organização dos trabalhadores rurais, até então desunidos e sem uma legislação que os protegesse da semiescravidão a que ainda eram submetidos.

¹⁶ Estatuto da Terra é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias em cada país. Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao

Mas com o golpe de 1964 que instaurou um novo regime político no país, muitos dos líderes dos camponeses e suas organizações foram sendo desmobilizados. Muitas terras que os posseiros tinham conquistados no período anterior foram sendo perdidas pelos grileiros que tinham agora o apoio dos militares. Muitos dos líderes dos lavradores foram perseguidos, torturados e até assassinados. E suas organizações sofreram fortíssimas intervenções do governo militar. No período da ditadura observa-se uma clara diminuição da atuação do movimento dos trabalhadores rurais, mas não o fim completo das suas lutas. Como é observado no trecho abaixo retirado da dissertação do autor Cloviomar Cararine Pereira:

Segundo Medeiros, em um levantamento feito nos arquivos da CONTAG pela pesquisa “Dez anos de luta pela terra: 1969/1979” mostra a existência de diversas áreas de conflito no país, a partir de denúncias que chegavam a CONTAG e eram encaminhadas aos poderes públicos com a demanda de desapropriação, com base no Estatuto da Terra. (PEREIRA, 2005, p.31-32)

A política agrária do regime militar estava pautada principalmente na valorização da empresa capitalista no campo, estimulando a entrada de grande capital na agricultura e pecuária. Para este governo, a estrutura do sistema latifundiário continuaria intocável. Já com relação aos camponeses, a política agrária era excludente. O governo militar provocou uma verdadeira despolitização da questão agrária.

Neste período da ditadura militar, a atuação dos camponeses ficou mais restrita aos sindicatos rurais, que eram controlados neste momento pela Igreja Católica. Neste governo, houve uma diminuição das lutas dos camponeses da Baixada Fluminense, principalmente entre 1964 ao fim da década de 1970. Mas, isto, não significou a morte completa das lutas pelas terras nesta região.

2.3 Os Assentamentos: Campo Alegre e Mutirão do Eldorado

Escolhemos estes dois assentamentos numa dimensão de 67 assentamentos rurais em todo o Estado do Rio de Janeiro até 2002, no anexo 4 podemos ver a localização dos diversos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro até 1997. Conforme Alentejano, destes 67 assentamentos, 35 foram formados pelo governo estadual, sendo que 21 encontrar-se na Baixada Fluminense e na cidade do Rio de Janeiro. Os 32 restantes foram formados pelo governo federal. No total de 12.200 famílias, numa área de 140.000 hectares, perfazendo aproximadamente 12 hectares por família. No gráfico abaixo vemos estes números:

Órgão	Tipo de intervenção	Nº.de	Nº. de	Área (há)
--------------	----------------------------	--------------	---------------	------------------

acesso à terra para quem nela vive e trabalha. No entanto, esse estatuto não é posto em prática, visto que várias famílias camponesas são expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por grandes latifundiários.

Responsável		intervenções	Famílias	
Governo Federal	Colonização	9	4129	55.642
INCRA	Regularização Fundiária	5	561	2.832
INCRA	Assentamentos	32	3907	47.864,70
ITERJ	Assentamento/Regularização Fundiária	35	3592	32.604,73
Total		81	12189	138.943,43

Fonte: INCRA e ITERJ, retirado de Alentejano (2003)

Nos dados numéricos apresentados no texto acima, podemos observar de como é relevante à participação da Baixada Fluminense na luta agrária no estado do Rio de Janeiro. Pois, mais de 60% dos assentamentos rurais reconhecido pelo ITERJ estão localizados na Baixada Fluminense, demonstrando a sua importância como área de luta pela terra. Por isso, nós atentaremos aos assentamentos rurais desta região, mas especificamente em dois assentamentos Campo Alegre (1984) e Mutirão do Eldorado (1993). Esses dois assentamentos rurais surgem após o processo de redemocratização no país na década de 1980. Observamos que neste período, como nas décadas de 1950 e 1960, ocorre um crescimento no número de mobilizações realizadas pelos grupos que lutavam pelo acesso a terra. Estes acabaram adquirindo mais força, logo após a ditadura militar que desmobilizou de certa forma os movimentos sociais agrários, como foi expresso no subcapítulo anterior.

Mas, conforme Alentejano, os movimentos envolvidos nos conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro, nas décadas de 1980 e 1990, tem características diferentes dos movimentos dos trabalhadores rurais das décadas de 1950/60. Pois, o primeiro movimento era constituído, por desempregos urbanos, por subempregados, por aposentados da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro e por outras diferentes ocupações, estes viam nestas lutas a possibilidade de retornarem ao campo, pois tinham origens rurais. Eles buscavam essencialmente alternativas para a sua sobrevivência, fugindo das mazelas sociais que o mundo urbano proporcionava, como; aumento dos alugueis, a violência urbana e também como alternativa para aumentarem suas rendas. Enquanto, o segundo movimento eram formados por posseiros e lavradores. Estes lutavam, principalmente, contra o processo de loteamento que atingia a Baixada Fluminense inteira. Por causa, deste processo milhares de trabalhadores rurais eram expulsos das terras que ocupavam, por mera especulação imobiliária. Em síntese, enquanto o primeiro grupo buscava refugio no mundo rural saindo do

mundo urbano, o segundo fazia o oposto. No trecho abaixo, podemos ver as características dos movimentos do período de 1980/90:

Dado este contexto, podemos concluir que no caso específico dos assentamentos rurais criados na Baixada Fluminense, até o momento, foram formados por ocupações urbanas. Entre seus ocupantes de terra, encontramos tanto trabalhadores expulsos de outras áreas agrícolas em transformação, como moradores da periferia das cidades que já se encontravam envolvidos no mercado de trabalho informal ou empregados com contratos formais. São pessoas com experiência urbanas, que havendo uma oportunidade de retorno às áreas rurais, buscaram-nas, não com a intenção de recriar um “modo camponês” de vida, mas de alcançar alternativas de sobrevivência mais estáveis, conjugando trabalhos agrícolas com outras atividades ou rendas, pois muitos deles eram aposentados ou “biscateiros” (atividade de trabalho em período eventuais) (PEREIRA, 2005 apud MEDEIROS e LEITE, 1999, p.12).

Dentro desse contexto elucidado acima, sobre os motivos que levaram as mobilizações dos movimentos sociais agrários nas décadas de 1980/90, surgem os assentamentos rurais de Campo Alegre e Mutirão do Eldorado, que são nosso foco de estudo. Neste trecho tentaremos rapidamente abordar as histórias de formação desses dois assentamentos rurais e a suas localizações espaciais, dentro do contexto da Baixada Fluminense.

Campo Alegre é um assentamento rural situado, entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense. No mapa que se encontra no anexo 4, podemos visualizar a localização espacial deste assentamento dentro estado do Rio de Janeiro. Este assentamento foi implantado pelo Governo Estadual, em 1984, como resultado das lutas mobilizadas no início da década de 1980, organizadas principalmente, pelo MST, que tinha como objetivos ocuparem terras que eram consideradas improdutivas no estado do Rio de Janeiro para poderem ser desapropriadas com o intuito de criarem assentamentos. A ocupação da terra que atualmente está localizado o assentamento rural Campo Alegre, era antigamente uma fazenda de citricultura, na década de 1960, que mais tarde se transformaria em área de loteamento. Com o passar do tempo, tornou-se terra de grilagem, ocupada por criadores de gado. Diante a devida condição desta terra e vendo-a com uma terra para as suas possíveis moradia, um determinado grupo de pessoas, que são originários de outras áreas agrícolas da periferia urbana do estado do Rio de Janeiro, organizados pela CPT, MST e o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) resolvem ocupar esta área, em 1979. Durante cinco anos estes grupos lutaram para que este pedaço de chão fosse reconhecido, fato que só foi concretizado em 1984, com o reconhecimento pelo ITERJ que acabou desapropriando esta terra. Mas a sua titulação definitiva, ainda se desenrola, como se observa abaixo:

As terras foram declaradas de utilidade pública em 1984, o decreto foi renovado em 1991 e caducou novamente. Como havia pendências em torno de quem seriam os proprietários legítimos, a desapropriação não se consumou. A demarcação dos limites do assentamento e dos lotes também não foi efetuada. No cadastramento

realizado pelo Iterj em 1997, alguns assentados disseram que foram considerados como posseiros. O projeto chegou a contar, num primeiro momento, com o apoio de governo Brizola (1983-1987), que colocou à disposição tratores, calcário e técnicos. Após a eleição de Moreira Franco, 1986, os recursos começaram a escassear. (MEDEIROS, LEITE, SOUZA e ALENTEJANO, 2004, p.183).

O assentamento rural de Campo Alegre apresenta uma área de 2.349 hectares e tem 667 famílias assentadas. Na sua pauta de produção tem o aipim e o leite como seus principais produtos produzidos, ambos apresentam 14% na pauta de produção¹⁷. Os produtos produzidos neste assentamento tem um importante peso na produção dos municípios. O aipim representa 40% em relação à produção dos municípios, já o leite apresenta 15,92%. Demonstrando que a produção do assentamento tem importância para os municípios.

O outro assentamento que analisaremos é o Mutirão do Eldorado, também um assentamento rural, localizado no município de Seropédica, criado em 1993 pelo INCRA. Como vemos no quadro:

Nome	Nº de famílias	Área	Ano de Criação	Órgão Responsável
PA Casa Altas(ou Mutirão do Eldorado)	70	541,8960	1993	INCRA

Fonte: INCRA e ITERJ, retirado de Alentejano (2003)

O assentamento Mutirão do Eldorado tem como principal versão a seguinte história. Conforme Elisa Castro, este assentamento é originário de uma ocupação realizada em 18 de dezembro de 1990 a fazenda Casa Altas, em Seropédica. A fazenda Casas Altas pertencia à família Goulart por meio do aforamento¹⁸, estes eram importantes criadores de gado da região. Mas, na década de 1980, ocorre uma disputa por essa fazenda, entre a família Goulart e o grileiro Manuel Toledo (conhecido na região, como Manuel Maluco), este tinha arrendado essa terra, concedido pelos Goulart. A família Goulart afirmava que tinha arrendado esta terra por apenas cinco anos ao dito grileiro. Portanto, Manuel Toledo se recusava a deixar a terra, pois afirma que o arrendamento era de dez anos. Mediante ao impasse, os Goulart revolvem entrar com uma ação judicial para a reintegração de posse das terras contra o referido grileiro. Enquanto essa disputa se desenrolava entre esses dois atores, tem-se início em 1988, o processo de desapropriação desta área para fins de reforma agrária, impetrado pela delegacia

¹⁷Todos esses dados estão disponíveis no Livro “Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional” de Leonilde Servolo e Sergio Leite. Esses dados são referentes às pesquisas realizadas entre 1997 a 2002.

¹⁸O decreto-lei 9760 do ano de 1946, do Código Civil, estabelece que os terrenos aforados da União ficam sujeitos ao pagamento de um foro no valor de 0.6% do valor do “domínio pleno” atualizado anualmente. Têm direito ao aforamento os “ocupantes inscritos até 1940”. O aforamento é extinto quando do não pagamento do foro por três anos consecutivos ou quatro anos intercalados. Embora a lei não estabeleça o direito à transferência para herdeiros, segundo informantes do Inca e advogados de direito agrário, essa é uma prática recorrente.

regional do MIRAD/RJ¹⁹, a pedido da CPT. O processo de desapropriação foi impetrado mediante a falta de pagamento do foro a União, entre dos anos de 1981 a 1985, o que configuraria a extinção do foro, ou seja, este ato levaria à família Goulart a perda da fazenda Casas Altas. A vistoria feita por técnicos da MIRAD classificou a fazenda como “Latifúndio por Exploração”, e encaminhou sua desapropriação. Devido a circunstâncias do fato a disputa dos Goulart passou a ser desenrolar em dois flancos, pela reintegração de posse através da retirada desse grileiro e na contestação da classificação de “latifúndio por exploração”, para evitar a extinção do aforamento. Mas o processo ainda se arrastaria até o final de 1992, quando foi realizada a imissão de posse. O que não resultou na criação imediata do assentamento.

Mas, em 18 de dezembro de 1990, entra em cena o terceiro ator nesta disputa agrária, os acampados. Este grupo, organizado pelo STRI e a CPT, resolvem ocupar a fazenda, a fins de conseguirem a desapropriação de Casas Altas. A partir de 1990 até a sua legitimação, os acampados encontram grande resistência por parte de grileiros, principalmente, de Manuel Toledo, que explorava a fazenda, e da família Goulart. Por um grande período os acampados e os grileiros entraram em intensos conflitos. A desapropriação se desenrolou de forma lenta, mas quando a desapropriação estava prestes a ser regulamentada, ocorreu um dos episódios mais lembrados pelos acampados do Mutirão do Eldorado, conforme Elisa Guaraná:

o ataque dos pistoleiros de Manuel Maluco. Os relatos reforçaram os momentos de maior tensão, tratados como lembranças tristes, mas também de enfrentamento, e até mesmo como engraçados. O que chamou a atenção e foi ressaltado pelos que participaram foi a presença de muitas crianças e jovens que ficaram na linha de fogo, sendo agredidos e presenciando seus pais, parentes e amigos levarem tiros. As cenas que se seguiram foram difíceis de serem reproduzidas de forma a dar conta do grau de tensão e emoção envolvidas. O ataque foi rápido e em plena luz do dia. Oito homens a cavalo chegaram atirando e perguntando pelo Victor, pelo Sr.Tadeu e pelas demais lideranças, dentre elas D.Emiliana – a única mulher reconhecida como liderança por todos os informantes. Os pistoleiros atiraram na direção do acampamento. Sr.Tadeu e D.Emiliana se jogaram em uma vala, fingindo-se de mortos. As crianças correram, em meio ao fogo cruzado, em direção à cerca que fazia divisa com a Fazenda Noruega. Os atiradores atearam fogo às barracas de plástico e Denise (neta de Sr. Daniel) relatou, muito emocionada, como ficara paralisada, sem conseguir sair da barraca em chamas. Ela foi retirada pela sua mãe e em seguida assistiu seu pai ser baleado ao socorrer outro ferido, Victor. (CASTRO, 2005, p. 87-88).

Mas nem após o ataque, relatado acima, veio à solução definitiva. A imissão de posse do assentamento Mutirão do Eldorado só seria assinada em fevereiro de 1993, em um ato simbólico, após quase três de ocupação, a porteira foi aberta pelo técnico responsável do

¹⁹Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento

Incra, pelo Projeto PA Casas Altas. Mas este ato não configura ainda na titulação definitiva desta terra.

O assentamento do Mutirão do Eldorado apresenta uma área de 467,64 hectares e tem 69 famílias assentadas. Na sua pauta de produção tem-se como principais produtos agrícolas: o aipim, o maxixe, o quiabo, o feijão e o milho. Já de origem pecuária tem-se o queijo e o leite. Esses produtos são na maioria dos casos para a subsistência dos assentados, poucos conseguem comercializar alguns produtos.

Como observado até aqui as desapropriações das terras pelo Governo não garantia definitivamente o direito de posse dessas terras pelos assentados. Estes ainda se encontram em intensos processos de luta pela titulação do seu espaço, tanto Campo Alegre como Mutirão do Eldorado. Mas, o objetivo aqui foi apenas de apresentar sinteticamente os assentamentos rurais e não discursar sobre o tema central que será explicado no subcapítulo posterior.

2.4 Perfil dos assentados.

Neste subcapítulo tentaremos responder através do perfil dos assentados dos assentamentos rurais Campo Alegre e Mutirão do Eldorado se é possível encontrar realmente vestígios urbanos nestes dois assentamentos que são vistos como espaços tipicamente rurais. Demonstraremos isto, mediante a origem e a ocupação profissional desses assentados. Neste trabalho utilizaremos os dados dos trabalhos de campo da pesquisadora Leonilde Servolo de Medeiros, que analisou o assentamento Campo Alegre, e a Elisa Guaraná de Castro para o caso de Mutirão do Eldorado.

Nas pesquisas das autoras, encontramos no perfil dos assentados uma pluralidade de histórias com relação à origem e a profissão destes assentados. Pode ser observado de que em diversos casos, os assentados ainda mantinham fortes relações com o espaço urbano. Ao se debruçarmos nas histórias dos locais de origens dos assentados, observados nos trabalhos de campo das pesquisadoras, descobriremos que estes na maioria dos casos viam de municípios urbanos próximos dos assentamentos e casos também em que eram originários de outros estados. Os assentados dos dois assentamentos tinham um perfil muito diverso. Entretanto, encontramos muitos casos em que os assentados vinham principalmente do meio urbano, sendo uma marca muito forte dos assentamentos rurais da Baixada Fluminense, devido principalmente a sua proximidade com um grande centro urbano, como o Rio de Janeiro. Pelo gráfico abaixo retirado da pesquisa de campo de Elisa Guaraná podemos constatar que muitos dos assentados do assentamento Mutirão do Eldorado eram procedentes principalmente da área urbana:

Tabela: Local de nascimento, em relação ao grupo de idade- assentamento Casas Altas (Mutirão do Eldorado) Seropédica-2002.

Nº de pessoas /idade	Total	%	Rural	%	Urbano	%	Não informado	%
Até 11 anos	72	100	30	41,7	41	56,9	1	1,4
12-32 anos	124	100	37	29,8	85	68,6	2	1,6
33 em diante	132	100	80	60,7	51	38,6	1	0,7

Fonte: Pereira, 2005, p.74

A tabela, como os dados acima, nós confirmar de que mais de 50% dos assentados do Mutirão do Eldorado vinham principalmente das regiões de características urbanas. Mediante a este fato, podemos afirmar que na maior parte dos assentados de Mutirão do Eldorado apresentam um perfil urbano, pois vieram deste meio. Os dados também servem para o caso de Campo Alegre.

Ainda com relação à origem de vida desses assentados encontramos casos em que estes tinham uma trajetória de vida, cujo processo migratório fizeram parte de suas vidas, ou seja, estes eram procedentes de outros estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e estados do Nordeste, por diversos motivos, acabavam migrando das suas regiões para o meio urbano, sempre em busca de melhores condições de vida. Mas, com o tempo, encontravam também dificuldades no meio urbano e acabavam tentando entrar no meio rural, mediante as lutas pelo acesso a um lote nestes assentamentos. A autora Leonilde Medeiros nós afirma de que esta origem peculiar fazia parte de muitos dos assentados de Campo Alegre, como podemos observar pelo recorte abaixo, em que quase 50% dos assentados de Campo Alegre eram procedentes de outros estados, e por algum motivo migraram para o meio urbano:

Em termos de origem dos assentados, quase metade dos de Campo Alegre era oriunda de outros estados (48,7% dos entrevistados), revelando um passado de migração intensa que incluiu a saída das áreas rurais do interior do país (em especial Espírito Santo, Minas Gerais e Nordeste) e a passagem pelas áreas urbanas da região metropolitana do Rio de Janeiro. (MEDEIROS, LEITE, DE SOUZA e ALENTEJANO, 2004, p.143)

Constatamos também em Mutirão do Eldorado, uma origem de vida marcada pelo processo migratório, por meio de um exemplo de vida de um assentado do Mutirão do Eldorado, extraído da pesquisa de Castro:

Muitos vieram do Espírito Santo, como Sr. Gino – que, como vimos, participou das três ocupações que formaram o grupo dos acampados – onde trabalhava com o pai “na roça”. Depois veio com a mãe para o Rio de Janeiro e foram morar na região, onde o padrastrô trabalhou de terça. Mas antes do acampamento ele trabalhou vinte e seis anos como eletricitista. (CASTRO, 2005, p. 111)

Pelo que apontamos acima e por conclusões das pesquisas de campo das autoras trabalhadas. Podemos constatar de que um percentual considerável dos assentados de Campo Alegre e Mutirão do Eldorado eram procedentes do interior de outros estados, e de que em algum momento das suas vidas migraram para o meio urbano, histórias como estas fizeram parte de muitos assentados dos dois assentamentos.

Encontramos também nestes assentamentos outro tipo de origem de vida dos assentados de Campo Alegre e Mutirão do Eldorado, mediante análise dos trabalhos de Castro e Novicki. São os assentados que viam de municípios urbanos próximos dos assentamentos, como vemos no trecho a seguir no caso do Mutirão do Eldorado:

essas famílias residem fora do assentamento, geralmente em núcleos urbanos próximos ao assentamento, como em Chaperó (Itaguaí) e Seropédica. Estes dados reforçam o argumento de que estes assentados possuem fortes laços com o perímetro urbano, seja como uma extensão do domicílio, seja pela proximidade do local de trabalho.

Em relação ao local de nascimento dos assentados do Casas Altas, de uma média total de 300 pessoas que compõem o público do assentamento, a maioria nasceu nas áreas urbanas da região (em Seropédica/Itaguaí e adjacências). (PEREIRA, 2005, p.73)

E no caso de Campo Alegre:

“Uma parte significativa dos ocupantes do Campo Alegre é oriunda de Nova Aurora, uma ocupação urbana. Os excedentes de Nova Aurora foram mobilizados para a questão da terra e para Campo Alegre” (NOVICKI, 1995, p.63)

Podemos concluir pela procedência dos assentados, de que em algum momento das suas vidas, os assentados tiveram experiências com o meio urbano, seja através da passagem dos assentados provenientes do interior de outros estados ao espaço urbano, ou por também vierem de regiões urbanas próximas, como os municípios de Nova Iguaçu, Itaguaí, Seropédica, Queimados, regiões com traços urbanos. Nós demonstrando de que os assentamentos rurais de Campo Alegre e Mutirão do Eldorado (Casas Altas) possuem na procedência dos assentados uma forte relação com o espaço urbano.

Mediante a remontagem da profissão destes assentados foi encontrado nas pesquisas de campo, dos autores já evidenciados, uma forte ligação destes com profissões de características urbanas e até casos destes desempenharem funções tanto no espaço rural como no urbano. Constatamos de que os assentados dos dois assentamentos pesquisados executavam atividades pluriativas, ou seja, realizavam ocupações não agrícolas e agrícolas, tanto no espaço rural como no urbano. Como no caso do Mutirão do Eldorado:

Em Eldorado (...) famílias sem outro patrimônio (como uma segunda moradia em um núcleo urbano) e que dependem diretamente do lote (tanto para a sua alimentação, quanto para a moradia e renda). Nesses casos o fato de o filho trabalhar fora complementando a renda da família e suprindo suas próprias necessidades é muito valorizado. Essas famílias têm moradias muito precárias e poucos

eletrodomésticos. A difícil condição de vida destas famílias se expressa em estratégias que conjugam trabalho no lote, com trabalhos rurais e urbanos externos (ao lote e ao assentamento). (CASTRO, 2005, p.171)

E no caso de Campo Alegre:

Em Campo Alegre, 13,9% dos responsáveis realizavam atividades não-agrícolas. Entretanto, quando se verificam os dados sobre as famílias como um todo, observa-se que 64,9% combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto relacionadas à produção de farinha, queijo, artesanato dentro do lote, como por meio do trabalho externo ao lote, principalmente por meio do recurso ao trabalho urbano. Além disso, a proximidade da via Dutra permitia a alguns assentados o desenvolvimento de interessantes estratégias comerciais, como a venda de água-de-coco e caldo de cana à beira da rodovia. (...).

(...)59,5% dos responsáveis em Campo Alegre trabalhavam somente no lote e 35%, dentro e fora do assentamento. Apenas 2,7% declararam trabalhar somente fora do assentamento e outros 2,7% afirmaram não trabalhar. No caso das famílias, 48,7% trabalhavam apenas no lote e 51,3% combinavam o trabalho dentro e fora do lote. (MEDEIROS, LEITE, SOUZA e ALENTEJANO, 2004, p.165)

Além de apresentarem ocupações tanto em áreas urbanas como rurais concomitantemente, podemos encontrar também muitos casos de assentados que antes de ser tornarem moradores dos assentamentos trabalhavam em profissões de características urbanas. Como “no caso de Campo Alegre“ houve fusão de movimentos de desempregados, biscateiros, mal aposentados, etc., que se reuniram em torno do trabalho da Diocese de Nova Iguaçu.” (NOVICKI, 1995, p.58)

Podemos observar pelas profissões de características urbanas mencionadas anteriormente, como biscateiros, aposentados, desempregados, subempregados etc. e até mesmo os que executavam as atividades pluriativas, já que em algum momento trabalhavam no espaço urbano em concomitância com o meio rural, de que estes tinham fortes interligações com o meio urbano Pois, muitos assentados executavam atividades tipicamente urbanas.

Pelo que foi relatado até aqui, podemos concluir de que os assentamentos rurais Campo Alegre e Mutirão do Eldorado tem fortes traços urbanos na sua constituição. Fato constatado pela própria procedência e a ocupação profissional dos assentados, como foi elucidados acima. No trecho a seguir, os autores evidenciados reforça a afirmação evidenciada:

Neste sentido, ao traçar o processo de luta destes assentados, é necessário conhecer as circunstâncias políticas da constituição da luta pela terra e o perfil comum deste público. Vale destacar, como fazem Souza (1998:10), Benevenuto (2003:74) e Castro et. al. (2003) que estes assentados conjugam em suas trajetórias de vida, experiências urbanas com experiências rurais, seja herdada de gerações passadas, seja vivida até o momento de se tornarem assentados. As autoras destacam ainda a heterogeneidade deste grupo, no que diz respeito ao local de sua procedência e antigas profissões, embora a maioria das famílias apresentem uma passagem, mesmo que rápida, pelo meio urbano. (PEREIRA, 2005, p. 68).

Ao afirmarmos de que os assentados de Campo Alegre e Mutirão do Eldorado apresentam fortes traços urbanos nas trajetórias de vida e nas suas antigas profissões estamos concordando com as autoras Medeiros, Castro e principalmente com Novicki, que descrever realmente o que queremos concluir neste trabalho de que é possível encontrar marcas urbanas no perfil dos assentados:

“inversão da relação meios-fins” - se o objetivo era pressionar o governo através de grande número de ocupações, que em seu conjunto significavam a luta pela reforma agrária, e o “material humano” disponível e mobilizável no Rio de Janeiro era de perfil urbano, isso foi feito; (NOVICKI, 1995, p. 67-68).

O que propormos neste trabalho de forma singela, é a desmistificação dos assentamentos rurais da Baixada Fluminense como um local apenas de características rurais, em que os seus assentados desenvolvem apenas o trabalho na terra e que são originários do meio rural. Mas, na verdade constatamos mediante a origem e as ocupações destes assentados, de que eles desenvolveram em algum momento de suas vidas atividades urbanas, ou eram de regiões de características urbanas ou que tiveram em algum momento em um espaço urbano. Novicki nós afirma de que os assentados do Rio de Janeiro, e, principalmente os da Baixada Fluminense apresentam um forte perfil urbano na sua estrutura, e de que desconsiderar este fato é propriamente negar as origens de vidas desses sujeitos históricos e a multiplicidade de visões da História.

Conclusão

Mediante a falta de pesquisa de campo não foi possível analisar de forma mais ampla o perfil dos assentados pesquisados. Por isso, trabalhamos apenas com a origem e a profissão dos assentados, que também não foi ampliada completamente porque as autoras analisadas trabalharam com um foco diferenciado do que realmente nosso trabalho pretendia. Mas para reforçarmos o que foi visto até aqui, houve a necessidade de trazermos outros levantamentos que as autoras trabalharam.

Conforme Leonilde de Medeiros, para confirmarmos alguns pontos que ressaltamos, nós falar de que grande parte dos assentados de Campo Alegre e outros assentamentos próximos da região metropolitana do Rio de Janeiro apresentam um forte perfil urbano nas suas formações tanto profissional como na relação da sua origem de vida. Para confirmarmos isto, em uma passagem do seu livro, esta mediante as antigas profissões destes assentados demonstra que foi encontrado um número considerável de aposentados urbanos no assentamento de Campo Alegre como ser aqui “(...) em campo Alegre, o que possivelmente relaciona-se com o grande percentual de aposentados urbanos que ali foram assentados, fruto de uma estratégia de sobrevivência que buscava associar a renda proveniente da aposentadoria a uma produção de alimentos, (...)” (MEDEIROS e LEITE, 2004, 144). Outro ponto que reforça o que abordamos no trabalho de que os assentados apresentavam uma trajetória de migração e que eram também provenientes de áreas urbanas próximas aos assentamentos fica clara no trecho abaixo:

(...) em Campo Alegre refletia duas realidades distintas: de lado, o passado migrante de boa parte dos assentados (muitos integraram a massa de trabalhadores que participou do intenso processo de êxodo rural que marcou a sociedade brasileira entre os anos 30 e 80); de outro, a compra de lotes por posseiros, parceiros e arrendatários de áreas da Baixada que viam em Campo Alegre a possibilidade de obter uma terra própria (...) (MEDEIROS e LEITE, 2004, 145).

Os trechos evidenciados acima reforçam o que foi abordado em passagem anterior de que o assentamento de Campo Alegre apresenta por meio de algumas características dos perfis dos assentados um forte caráter urbano na sua formação, seja por causa das suas profissões urbanas ou por vierem de cidades urbanas próximas dos assentamentos.

Conforme Elisa de Castro, muitos dos assentados do Mutirão do Eldorado procediam de áreas urbanas próximas do assentamento e que diversas famílias de assentados viam neste assentamento a oportunidade de conseguirem algum tipo de renda com a produção de

alimentos ou para as suas próprias subsistências e também eram procedentes de profissões urbanas. Na sua obra entre “Ficar ou Sair” a autora reforça esta ideia mediante ao relato de diversos moradores dos assentamentos. Como podemos ver neste trecho: “Os meeiros em sua maioria vinham das regiões do entorno da área, morando em áreas consideradas urbanas e trabalhando na lavoura. Outros tiveram uma trajetória de trabalho urbano antes de se tornarem meeiros, esse foi o caso do Sr.Joaquim que – como muitos assentados do Eldorado –“ (CASTRO, 2005, 108-9).

Podemos concluir com histórias como do seu Joaquim, elucidada por Castro faziam parte de diversas famílias de ambos os assentados. Mediante as histórias como essas e pelas passagens abordadas até aqui, podemos concluir de que os assentados tem fortes traços urbanos nas suas formações.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. **Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003. Tese
- ALVES, José Cláudio Sousa. **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.
- CASTRO, Elisa Guaraná. Assentamentos entre o Rural e o Urbano. In: CANEIRO, Maria José; GIULLIANI, Gian Mario; MEDEIROS, Leonilde Servolo; RIBEIRO, Ana Maria Motta. **Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 1998.
- _____, **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Seropédica: UFRRJ, 2005
- FADEL, Simone. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império à Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense**. São Paulo: USP. (tese de geografia), 2006.
- GEIGER, Pedro P. & SANTOS, Ruth L. “Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense”. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XVI, n.º 03, julho- setembro de 1954. pp. 291- 313.
- _____, & MESQUITA, Miyriam G. C. Loteamento na Baixada da Guanabara, estudos rurais da Baixada Fluminense. In: **Revista Brasileira Geográfica**. Ano XIV, nº2, julho-setembro de 1952. pp. 395-420.
- GRYNZSPAN, Mario. Conflitos Agrários e Acesso à Terra. In: CANEIRO, Maria José; GIULLIANI, Gian Mario; MEDEIROS, Leonilde Servolo; RIBEIRO, Ana Maria Motta. **Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 1998.
- _____. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol.1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Unesp, 2009.

Instituições Responsáveis: CESEC, FASE, JUSTIÇA GLOBAL, Laboratório de Análise da Violência / UERJ, SOS QUEIMADOS e VIVA RIO. **Impunidade na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

NOVICKI, Victor. **Recuperando o indivíduo no movimento dos sem terra: o caso fluminense (1983 - 1987)**. Seropédica: UFRRJ/CPDA, 1995.

JUNIOR, Jurandir Amaro. **Luta pela Terra e Formação de Assentamentos no Estado do Rio de Janeiro: O Exemplo da Franja Metropolitana**. Santa Maria: UFSM, 2009.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: Da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias: ASAMHI/CMDC. Ano 4 – número 6. 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ : Edur, 2008.

_____. Os Impactos dos Assentamentos Rurais no Espaço do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo & LEITE, Sergio. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

_____ & LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate**. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo & LEITE, Sergio. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PEREIRA, Cloviomar Cararine. **“Devo não nego, pago quando puder”**: Entendendo a inadimplência no assentamento rural Casas Altas, Seropédica (RJ). Seropédica: UFRRJ, 2005.

ROCHA, André Santos da. **Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidade na composição territorial municipal**. Seropédica: UFRRJ, 2009.

_____. **Entre Representações e Regionalizações – Caminhos na Legitimação Territorial da Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: FEUDUC/UFF, 2009.

Fontes

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11/8/1977.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 01/6/1977 até 31/8/1977.

Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28/09/1980.

ANEXOS

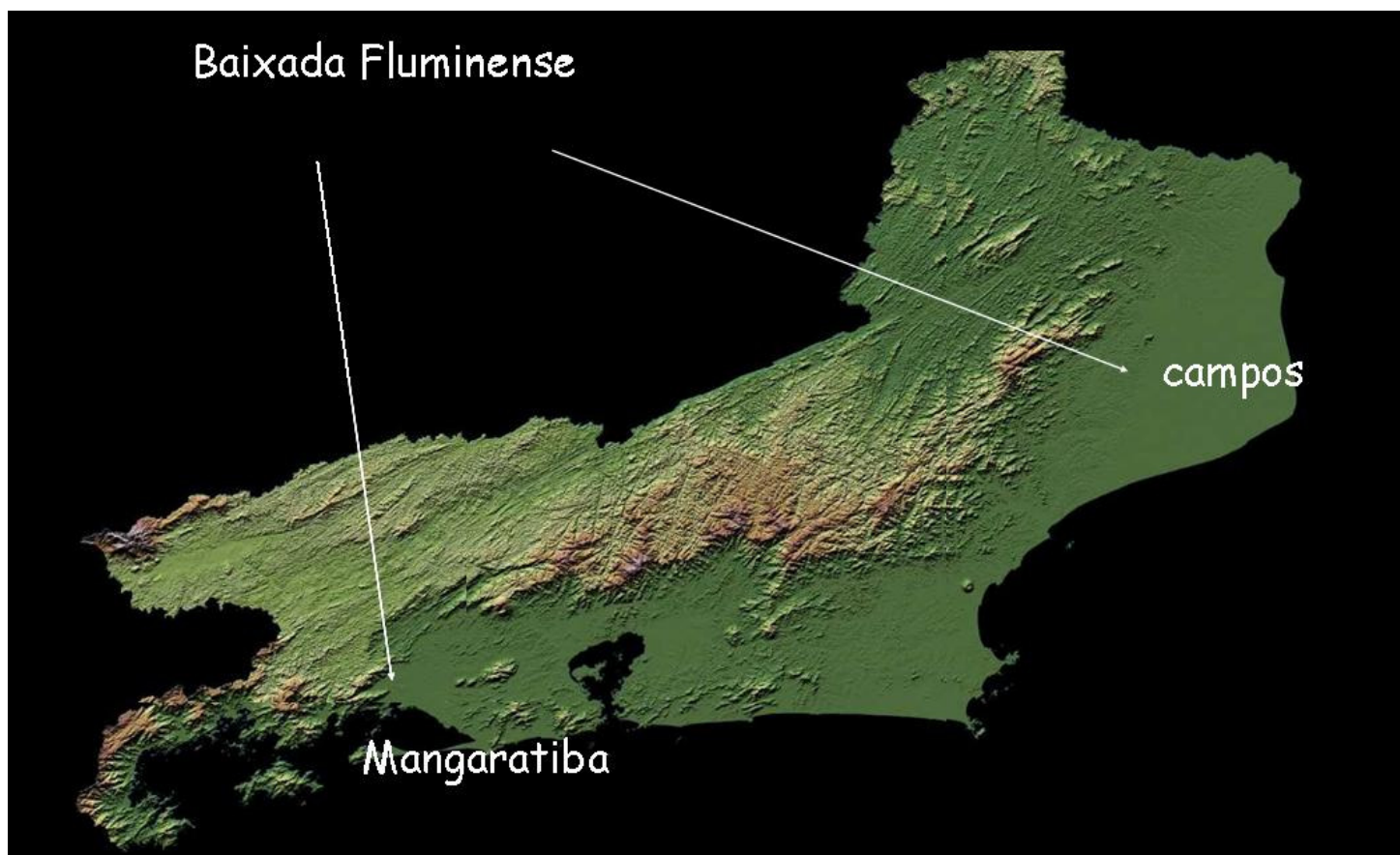


Figura 1 – Imagem do estado do Rio de Janeiro com destaque para o domínio físico da Baixada Fluminense. Fonte: Sítio do EMBRAPA [falta o www](#)

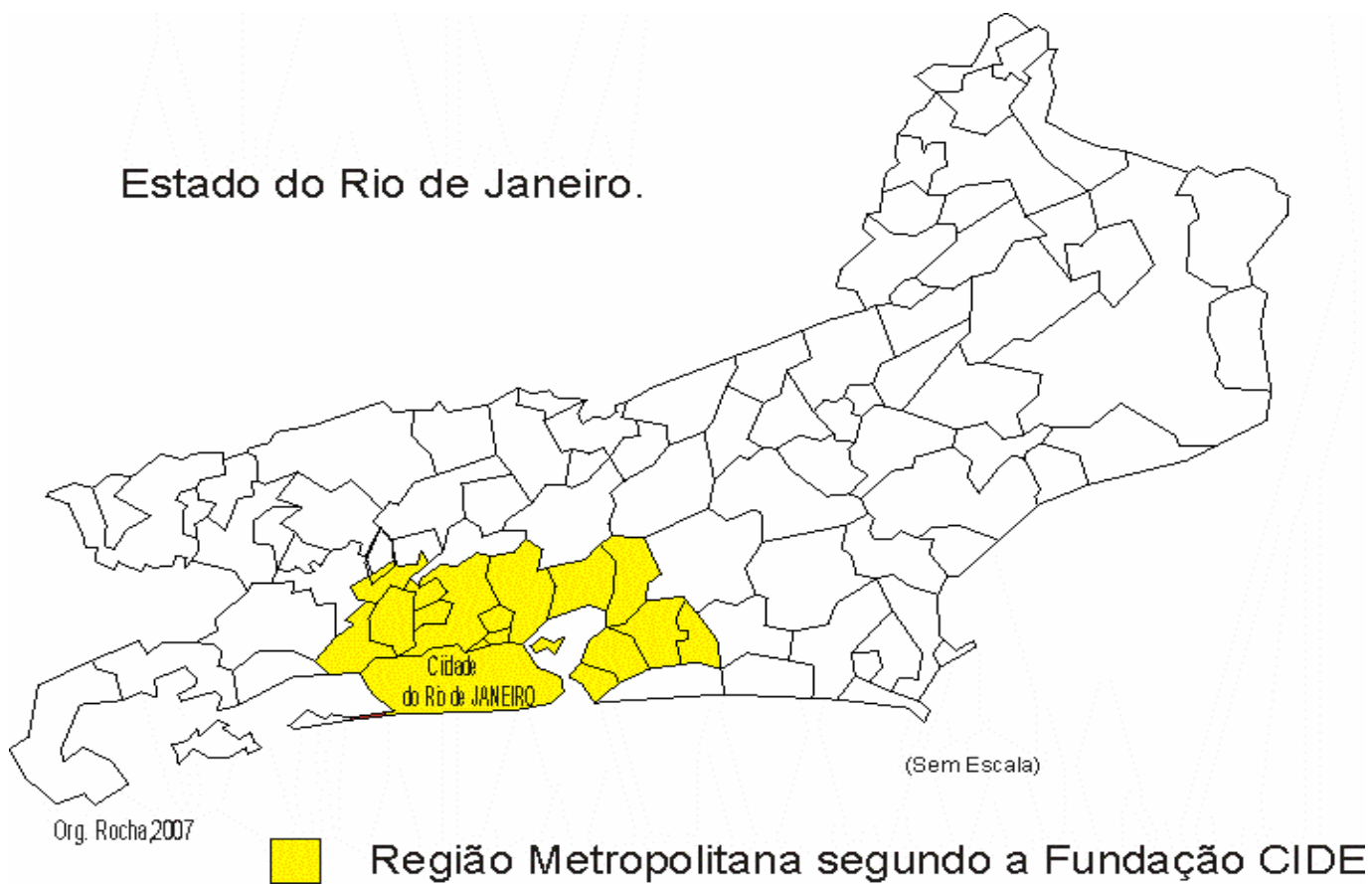


Figura 2: Região metropolitana segundo a Fundação Cide. Fonte: CIDE, ano

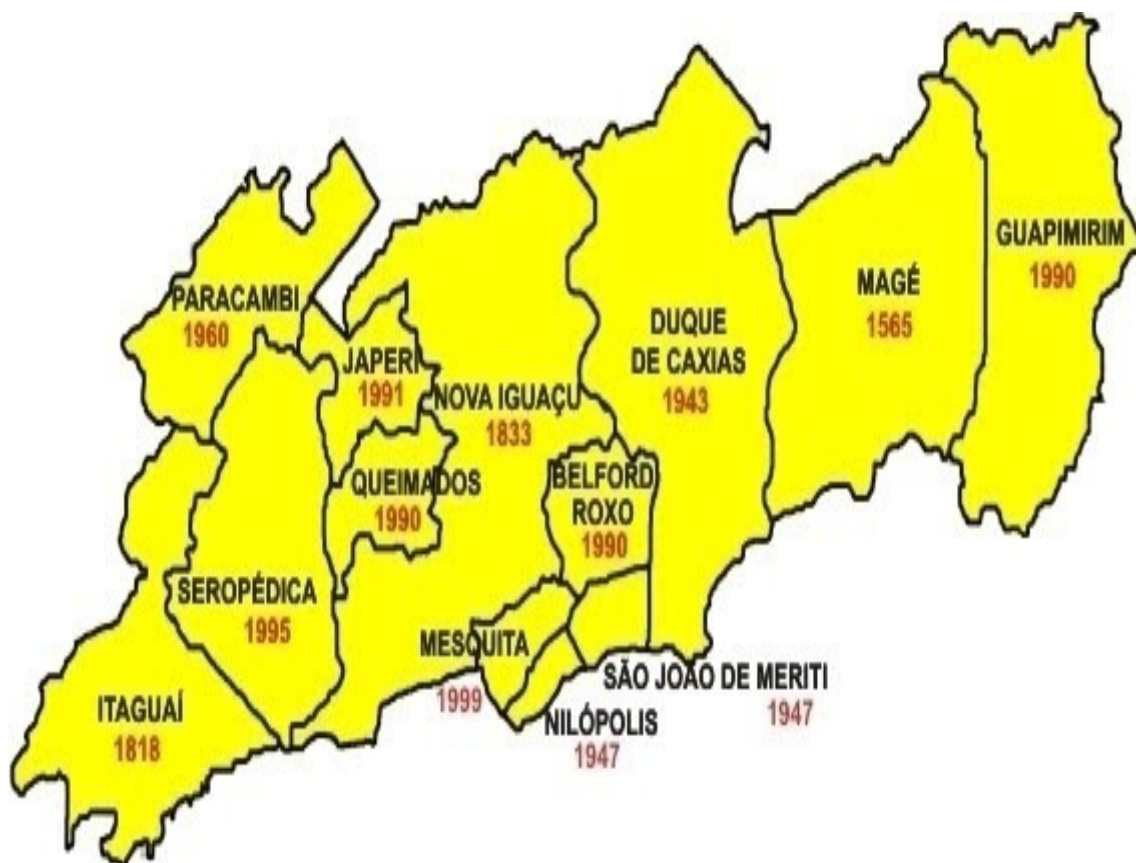
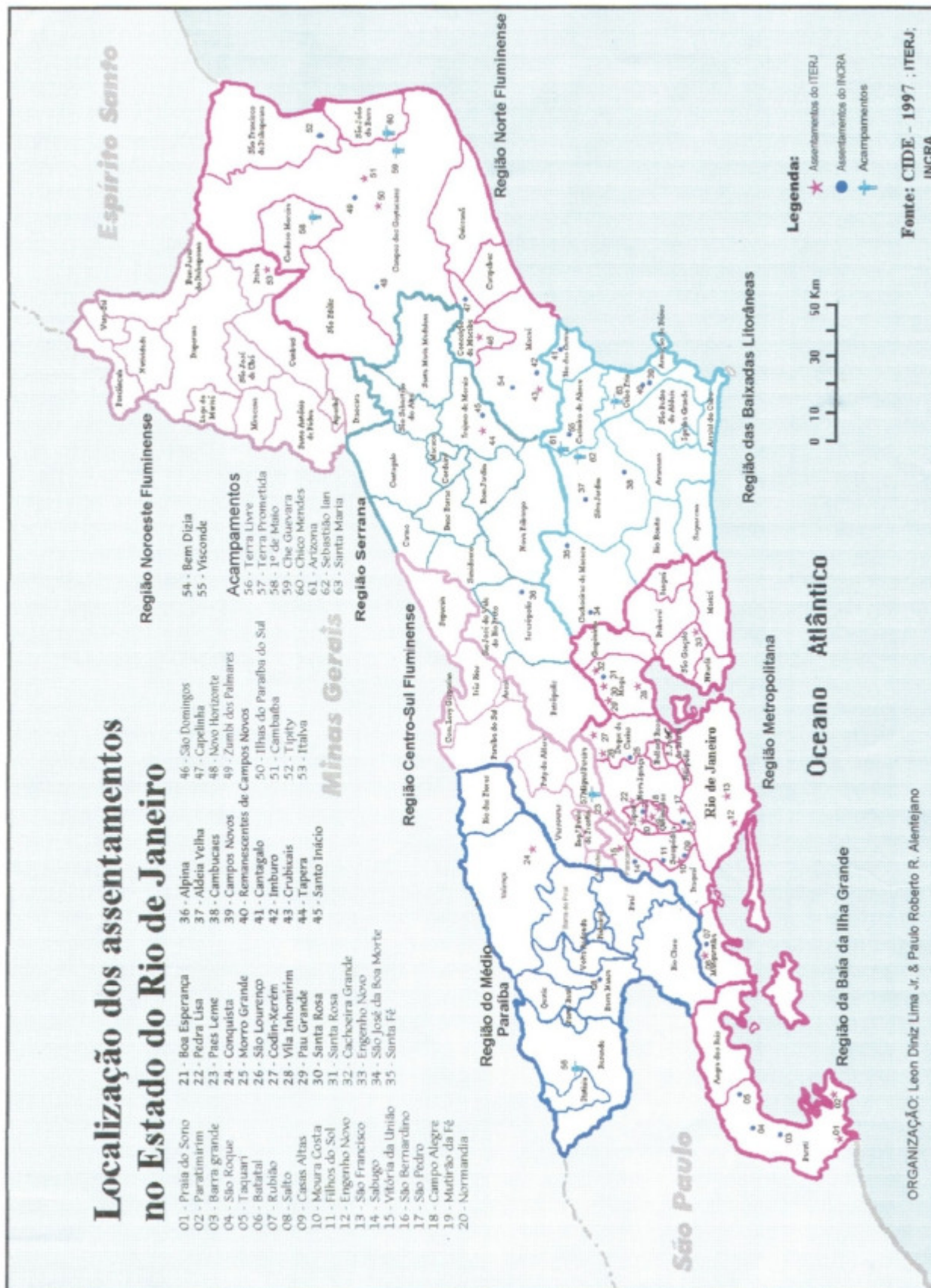


Figura 3 – Representação da Baixada a partir da secretaria de Turismo de Guapimirim.



Mapa da localização de todos os assentamentos do estado do Rio de Janeiro. Fonte: CIDE-1997; ITERJ; INCRA.